

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: História e Historiografia da Educação

A EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS: UM ESTUDO
SOBRE OS COLÉGIOS JESUÍTICOS

PRISCILA KELLY CANTOS

MARINGÁ
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: História e Historiografia da Educação

**A EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS: UM ESTUDO SOBRE OS
COLÉGIOS JESUÍTICOS**

Dissertação apresentada por
PRISCILA KELLY CANTOS, ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação, Linha de Pesquisa:
História e Historiografia da Educação,
da Universidade Estadual de Maringá,
como um dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em
Educação.

Orientador:
Profº. Drº.: CÉLIO JUVENAL COSTA

MARINGÁ
2009

PRISCILA KELLY CANTOS

**A EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS: UM ESTUDO SOBRE OS
COLÉGIOS JESUÍTICOS**

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Célio Juvenal Costa – UEM

Profº. Drº. José Maria de Paiva – UNIMEP – Piracicaba

Profº. Drº. Sezinando Luis Menezes – UEM

Março de 2009

Dedico esse trabalho aos meus pais, que estiveram sempre ao meu lado em todos os momentos e acreditaram em mim desde os primeiros dias de minha vida...

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade desse estudo, bem como toda força que me ofereceu nas horas mais difíceis que enfrentei e também pela luz que brilhou nesses dois anos de trabalho.

Aos meus pais, um agradecimento mais do que especial. Devo a eles não somente a minha vida, devo também meu caráter, minha educação, minhas conquistas, a realização de sonhos e enfim, devo TUDO. Agradeço a DEUS pela saúde do meu pai, que passou por um momento muito delicado, mas que hoje está recuperado e pronto para aplaudir mais uma conquista de sua filha.

Agradeço também e muito às minhas AMIGAS, que estiveram sempre junto de mim. Algumas delas, Liliana e Franciele, participaram desde aquele primeiro ano de graduação, naquela fase de descobertas, planos, objetivos e muitos sonhos, onde nenhuma sabia ao certo o que seria de nossas vidas e hoje estamos todas trilhando o mesmo caminho e colhendo os frutos de nossa dedicação e constante estudo. Outras delas, Daniela e Cicília, chegaram um pouco depois, mas não diferentemente, estiveram sempre por perto, provando de todos os gostos que a vida nos oferece, sejam eles doces e coloridos, ou amargos e obscuros. Estou certa de que sem elas, o significado de AMIZADE para mim, não teria o mesmo valor.

Os meus agradecimentos destinam-se também a um homem mais do que especial, dedicado, determinado e que me mostrou a alegria de amar e ser amada e que me abriu um caminho tão belo, repleto de flores e sabores. Ao meu noivo, Kleber Eduardo Men, obrigada pela cumplicidade, fidelidade e, sobretudo, seu companheirismo de todas as horas.

A todos os professores da Pedagogia que participaram de minha formação inicial e também aos do Programa de Pós Graduação em Educação desta Universidade. Em especial, às mestres e amigas, pela contribuição profissional e, sobretudo, pessoal, como um exemplo a ser seguido por

mim no futuro: Ruth Setoguti, Elaine Rodrigues, Fátima Maria Neves e Sheila Rosin.

Um agradecimento essencial ao meu orientador Professor Doutor Célio Juvenal Costa. Agradeço pela confiança em mim desde aquele primeiro Projeto de Iniciação Científica, onde você assumiu que eu seria sua “cobaia”. Pois bem, posso dizer então, sem demagogia, que hoje sou uma “cobaia” privilegiada, pois pude provar de toda dedicação e preocupação do professor Célio e também contemplar de toda alegria e espiritualidade da pessoa, do amigo Célio. Obrigada por esses anos de parceria e estudos, pela dedicação e, sobretudo, pelo trabalho que construímos.

Agradeço, sem dúvidas, a todas as intervenções do Professor Doutor Sezinando Luis Menezes, que teve um papel primordial nessa dissertação. Ao Professor Doutor José Maria de Paiva que com seus estudos e contribuições me ajudaram a lapidar cada vez mais esse tema.

Para findar, algumas pessoas especiais as quais fizeram e fazem parte de minha vida, de uma forma tão peculiar, que não consigo adjetivos para qualificá-las: Vó Amélia, Vô Clender, Daniel, Danielle, Dona Cleuza, Juliano, Luana e Geilda.

Consideremos que, dentre os desejos, há os que são naturais e os que são inúteis; dentre os naturais, há uns que são necessários e outros, apenas naturais; dentre os necessários, há alguns que são fundamentais para a felicidade, outros, para o bem-estar corporal, outros, ainda, para a própria vida. E o conhecimento seguro dos desejos leva a direcionar toda escolha e toda recusa para a saúde do corpo e para a serenidade do espírito, visto que esta é a finalidade da vida feliz: em razão desse fim praticamos todas as nossas ações, para nos afastarmos da dor e do medo.

Uma vez que tenhamos atingido esse estado, toda a tempestade da alma se aplaca, e o ser vivo, não tendo que ir em busca de algo que lhe falta, nem procurar outra coisa a não ser o bem da alma e do corpo, estará satisfeito. De fato, só sentimos necessidade do prazer quando sofremos pela sua ausência; ao contrário, quando não sofremos, essa necessidade não se faz sentir.

E é por essa razão que afirmamos que o prazer é o início e o fim de uma vida feliz.

(Epicuro)

CANTOS, Priscila Kelly. **A EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS: UM ESTUDO SOBRE OS COLÉGIOS JESUÍTICOS**. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Célio Juvenal Costa – Maringá, 2009.

RESUMO

O presente trabalho contempla a história da educação no século XVI, abordando a história da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. A pesquisa enveredou pela vertente educacional que a aquela ordem religiosa, fundada em 1534 por Inácio de Loiola assumiu no decorrer de sua existência, lembrando-se continuamente que a evangelização e a catequização sempre se fizeram presentes na vida da *Societas Iesu*. Para atingir esse objetivo de investigar o aspecto educacional assumido pela Companhia foi imprescindível o estudo dos colégios jesuíticos, já que eles foram, de fato, os centros de aplicação da pedagogia dos padres da Companhia. Para essa investigação se fez necessário contemplar, além da história de fundação da Ordem, um estudo acerca das normas que a regiam. Essas normas (os Exercícios Espirituais, as Constituições e, sobretudo, o *Ratio Studiorum*) permearam a Companhia e regulamentaram suas ações, atividades e missões. O *Ratio Studiorum* mereceu, na ocasião, um maior destaque, por ser o método pedagógico aplicado pelos jesuítas no interior dos colégios fundados pela Ordem, representando uma de suas particularidades.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; evangelização; catequização; educação; colégios jesuíticos; *Ratio Studiorum*.

CANTOS, Priscila Kelly. THE EDUCATION IN THE JESUS COMPANY: A STUDY ABOUT JESUITICAL COLLEGES. 90 f. Dissertation (Master in Education) - State University of Maringá. Supervisor: Célio Juvenal Costa - Maringá, 2009.

ABSTRACT

The present work contemplates the history of the education in century XVI, approaching the history of Jesus Company in Portugal and Brazil. The research analyzed the educational source that the religious order, established in 1534 by Loyola, assumed continuously during its existence, remembering that the evangelization and the catechisation were always in *Societas Iesu's life*. To reach this objective of investigating the educational aspect assumed by the Company it was essential the study of jesuitical colleges, once they were, in fact, the centers of application of the pedagogy of the priests of the Company. For this inquiry if it was necessary to contemplate, beyond the history of foundation of the Order, a study concerning the norms that conducted it. These norms (the Spiritual Exercises, the Constitutions and, over all, the *Ratio Studiorum*) permeated the Company and regulated its actions, activities and missions. The *Ratio Studiorum* deserved, in that occasion, a bigger prominence, for being the educational method applied by the jesuits inside the colleges founded by the Order, representing, one of its particularities.

Keywords: Jesus Company, evangelization, catechisation, educacion, jesuitical colleges and *Ratio Studiorum*.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
SEÇÃO I: História e Documentos da Companhia de Jesus	17
2. História da Companhia de Jesus	18
2.1. Contexto Histórico da Fundação da Companhia	18
2.2. Regimentos e Documentos da Companhia de Jesus	
2.2.1. Exercícios Espirituais	24
2.2.2 As Constituições	27
2.2.3 <i>Ratio Studiorum</i>	31
2.3 Companhia de Jesus em Território Português	36
2.4 A Companhia de Jesus e o Novo Mundo – Colonizando e Catequizando o Brasil	44
SEÇÃO II: A Educação na Companhia de Jesus	53
3. A Educação, Instituições de Ensino e Instrução na <i>Societas Iesu</i>	
3.1. Educação na Companhia de Jesus: Importância e Características	54
3.2. Os Colégios da Companhia de Jesus – Funcionamento e Organização	58
3.3. Os Colégios da Companhia no Império Português	70
3.3.1. Os Colégios na metrópole Portuguesa	70
3.3.2. Os Colégios na Colônia	75
4. Considerações Finais	85
5. Referências	88

1. INTRODUÇÃO

Ao abordarmos o século XVI na história da Europa nos deparamos com diversos acontecimentos que viriam a modificar os olhares sobre esse momento. De forma sucinta, podemos dizer que alguns movimentos que eclodiram no Mundo Europeu, como o Renascimento, o Humanismo, a Reforma, o desenvolvimento do comércio, entre outros diversos fatores, deram novos rumos para a história e firmaram uma fase de transição para o que conhecemos por Idade Moderna.

Juntamente com essa série de acontecimentos que permeavam a Europa, tivemos também um desenvolvimento nas navegações, e essa passagem, de fato, merece ser comentada. O avanço das viagens marítimas, combinado a um maior número de embarcações, permitiu que novas terras fossem descobertas e territórios longínquos pudessem ser alcançados pelos europeus.

Dessa forma, o comércio tomou novo corpo, ou seja, a economia européia obtinha um avanço, devido às novas relações comerciais e sociais. Nesse momento, assistia-se à ascensão da burguesia e à queda do antigo sistema, o Feudalismo.

Podemos considerar, mesmo que minimamente, que essa somatória de acontecimentos provocou muitas mudanças na forma de enxergar a Europa e que em decorrência deles o homem foi assimilando uma nova visão de mundo. Diante desse emaranhado de fatos, encontra-se, inserida no século XVI, a gênese de uma ordem religiosa singular, a qual teve ampla importância em diversos setores. Estamos falando da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa fundada pelo espanhol Inácio de Loyola em 1534. Loyola se converteu ao catolicismo e dedicou sua vida ao ensino/educação e disseminação da religião cristã católica, conforme enfatiza Leite (1938a), e é esse o ponto de partida desta dissertação.

A relevância desse tema e a escolha dele para a realização desta pesquisa amparam-se no fato de que a Companhia de Jesus, que inicialmente tinha intenções somente religiosas, passou a abranger e estabelecer a educação como uma das principais estratégias para levar a religião àqueles considerados infiéis. Esse aspecto educacional ganhou fôlego na história da ordem inaciana e merece destaque quando nos remetemos aos sistemas educacionais europeus e, sobretudo, brasileiros do final da Idade Média e início da Moderna.

A ordem religiosa fundada por Loiola ganha preeminência nos estudos sobre os primeiros resquícios de educação no século XVI e os colégios jesuíticos assumem a responsabilidade de ser o centro da educação da Companhia de Jesus. Neste sentido, cabe ressaltar que essa importância atinge também séculos posteriores, se considerarmos a constante ocorrência do assunto nos manuais de história da educação.

A educação elaborada pelos jesuítas e a sua aplicação nos colégios ganharam diversas áreas do mundo, e o método pedagógico jesuítico, o *Ratio Studiorum*, reuniu as aplicações práticas e os estudos teóricos utilizados ao longo da história da Companhia. O *Ratio* era uma norma oficial e baseava-se na prática, portanto é válido salientar que ele não foi somente um plano ou sistema, o seu objetivo, no entendimento de Franca (1952), era homogeneizar o ensino jesuítico nas diferentes regiões que a Companhia alcançou por meio de seus missionários.

Aliás, de fato é importante abriremos parênteses nessa questão abordada anteriormente, pois a Ordem de Loiola tinha uma característica particular: seus membros não ficavam somente nos mosteiros, seminários, nem mesmo nos colégios que fundaram. Eles, os jesuítas, saíam em missões, levando o catolicismo aonde conseguissem e passando por situações nem sempre fáceis de enfrentar.

Diante do que foi exposto até o presente momento, salientamos que a pesquisa ora apresentada segue no sentido de compreender o fenômeno educativo, bem como buscar um aprofundamento sobre a consolidação da educação no Brasil no século XVI. Para isso, percorremos primeiro os caminhos que a Companhia traçou na Europa, sobretudo em Portugal, já que o Brasil naquele período era uma colônia do império português; e para fundamentar a característica educacional que a Companhia assumiu, fizemos um estudo sobre os colégios jesuíticos.

Para compreender a educação jesuítica, essa particularidade que a Ordem assumiu, o presente trabalho buscou investigar e aprofundar os estudos que contemplam os colégios fundados pela Companhia de Jesus em território português, bem como as atividades exercidas por essa ordem, tendo como finalidade entender a administração no interior desses colégios e, especialmente, o sistema educacional que vigorava entre os jesuítas e que foi aplicado nas diversas nações ou colônias, entre elas o Brasil.

Para atingir o objetivo dessa dissertação, optamos por dividi-la em duas seções. Na primeira parte foi contemplada a contextualização teórica em que se encontrava inserida a Companhia de Jesus. Buscamos, nessa perspectiva, situar o leitor na história e nos principais movimentos que aconteceram no século XVI, com vista a compreender o porquê da fundação de uma ordem religiosa naquele momento.

Ainda na primeira seção, após esse processo de localizar-se no momento histórico em que a Companhia foi implantada, procuramos apresentar os regimentos e documentos que conduziam a Companhia. Julgamos fundamental trazer os *Exercícios Espirituais*, as *Constituições* e o *Ratio Studiorum* ao conhecimento do leitor, já que é a partir daí que se dará a compreensão da ordem inaciana em si.

Os Exercícios Espirituais foram elaborados por Loiola em meados da segunda metade do século XVI, e nesse pequeno livreto estava disposto o modo de ser e de saber do jesuíta, conhecido como *noster modus procedendi*. Nesses escritos Loiola reuniu as lições que um padre admitido naquela Ordem deveria seguir, todas buscando como objetivos exclusivos a salvação das almas e a dedicação total a Jesus Cristo.

Após a escrita desse livreto, Loiola organizou em cinco capítulos ou partes as chamadas Constituições da Companhia de Jesus. Nelas ficam claramente explícitas todas as normas que deveriam guiar os jesuítas. Ademais, as Constituições definem quais homens poderiam ocupar uma cadeira da Ordem, quais deveriam ser dela demitidos, quais os votos que um jesuíta deveria fazer, entre outras diversas lições. Ressalta-se nessa pesquisa a IV Parte das Constituições, pois nela há os primeiros resquícios da educação inaciana - aliás, foi nessa parte que o método pedagógico jesuítico se fundamentou.

Nesse sentido, o próximo documento a ser tratado neste trabalho é o *Ratio Studiorum*. Assim como já enunciado acima, o *Ratio* foi um método pedagógico que Loiola pensou e sistematizou para ser aplicado em todos os colégios que a Companhia fundasse ao longo de sua existência. O *Ratio* é fundamental para compreendermos as características da educação jesuítica, sobretudo o funcionamento dos colégios fundados pela Companhia de Jesus.

Após a apresentação desses três documentos que dirigiam a Ordem inaciana, admitimos ser essencial conhecer a atuação da Companhia de Jesus. Ao falarmos da atuação e desempenho desta, optamos por entendê-la nos dois espaços que a pesquisa abrange: Portugal e o Brasil. No Império Português a Companhia aportou em 1540 e sua história teve grande repercussão. Em nosso entendimento, um dos motivos disso foi que, pelo fato de Portugal ser então uma nação altamente religiosa, seu rei facilitou e desejou a presença dos padres da Ordem de Loiola.

Ante o fortalecimento e solidificação da Companhia em Portugal, era inevitável que o reino lusitano quisesse que os religiosos da Ordem seguissem pelas novas terras que vinham conquistando. Os jesuítas atingiram diversas regiões e partiam disseminando o catolicismo pelos povos considerados infiéis. Foi nesse sentido e com o objetivo de evangelizar os hereges que Portugal enviou os primeiros jesuítas ao Brasil.

No capítulo que segue buscamos estudar as atividades dos jesuítas em terras brasileiras e averiguar as primeiras impressões deles ao encontrar-se com os habitantes do Novo Mundo. Os jesuítas chegaram juntamente com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549 e, após alguns dias no Brasil, o Superior local dos jesuítas Manoel da Nóbrega celebrou sua primeira missa no território.

Nesse tópico, consideramos também essencial trazermos alguns trechos das chamadas *cartas jesuíticas*, pois por meio delas é que a Europa tinha noções e informações de como eram essas terras e do trabalho que os padres da Companhia de Jesus vinham desenvolvendo no Brasil. Nesses escritos foi possível observar a qualidade da terra, os animais que aqui existiam, as características dos habitantes, os costumes, a religião, as riquezas - enfim, a Coroa tinha documentado todas essas informações, portanto não se tratava mais de uma terra desconhecida.

No Brasil, consideramos basilar informar que a catequese foi uma estratégia primordial de conversão dos habitantes. Aliás, no entendimento de Paiva (2006), o processo de colonização aconteceu juntamente com a catequização, assim a religião ia sendo difundida à medida que os europeus iam conquistando novas localidades.

Após essa exposição, chegamos à segunda seção desse trabalho, a qual tratará sobre a educação dos jesuítas no século XVI. Nesse momento da

dissertação buscamos atender ao objetivo já mencionado acima, o de compreender por que a Companhia de Jesus passou a ter a educação como uma das principais características, levando-a a diversos colégios e fazendo-a tornar-se uma referência nos manuais de história da educação.

Com efeito, o que não podemos perder de vista é que o desejo de Inácio de Loiola ao fundar uma ordem religiosa no século XVI era mesmo o de levar a diferentes lugares e diversas pessoas o catolicismo, que naquele momento tentava reafirmar seus dogmas e reconquistar os fiéis que havia perdido em decorrência do movimento da Reforma. Assim, para evangelizar esse povo, foi indispensável que utilizassem estratégias e instrumentos de conversão como o teatro, a obediência, a disciplina, os castigos, métodos que, combinados, foram responsáveis pela identidade de uma nova educação a que o mundo assistiu. Todas essas ferramentas, reunidas, solidificaram as primeiras lições do método pedagógico jesuítico, futuramente publicado, o *Ratio Studiorum*.

O colégio jesuítico foi o local de aplicação desses métodos, e ele, além da função de educar, ainda administrava a vida dos jesuítas. Cada membro dentro do colégio tinha sua função e havia toda uma organização, a qual deveria ser rigorosamente respeitada. A vida dos colégios administrados pela Companhia percorre vários séculos da história, porém nesta pesquisa abordaremos apenas alguns aspectos dos primeiros que foram fundados na Europa, e posteriormente e em particular, os de Portugal e do Brasil.

SEÇÃO I

HISTÓRIA E DOCUMENTOS DA COMPANHIA DE JESUS

2. HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS

2.1 Contexto histórico da fundação da Companhia

Para dar início a este trabalho, parece-nos admissível, se não fundamental, que entendamos a situação político-social do século XVI, a qual sustenta e até justifica a fundação de uma ordem religiosa com os critérios ímpares e a estrutura incomparável que apresentava a Companhia de Jesus.

Esse período ficou marcado na história como uma fase de muitas mudanças na sociedade como um todo. Muitas transformações ocorreram e abalaram as estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas que vigoravam na Europa do século XVI. Neste sentido, cabe afirmar que nesse período a estrutura e organização da sociedade passaram por profundas alterações, as quais desencadearam no século XVI uma verdadeira revolução.

As informações acima descritas têm por objetivo trazer, minimamente, as mudanças que estavam ocorrendo naquele período. Para Aranha (2006), a sociedade se deparou com um novo modo de vida e novas relações humanas passaram a existir. Com efeito, não podemos deixar de considerar que essas mudanças atingiram, sem exceção, todos os setores da vida do homem.

Nesse contexto, cabe inserir o surgimento da Companhia de Jesus, que na época teve grande representatividade. Ao longo de sua existência, mormente ao longo da Idade Média, a Igreja Católica manteve uma preponderância política notável, afinal era uma instituição que permanecia coesa. Detentora do monopólio do saber, já que era também administradora da educação do clero¹, a Igreja exercia certo domínio em todas as frentes e setores, logo ocupava um lugar de destaque no que diz respeito à hierarquia social, detendo, dessa forma, grande parte do poder.

¹ No período em questão, o século XVI, apenas o clero recebia educação, as aulas eram ministradas em latim, portanto a maioria da população permanecia analfabeta, até mesmo os senhores feudais (COSTA, 2004).

Todavia, este panorama começou a se alterar no final da Idade Média, quando a mentalidade dos homens passou a mudar diante do fenômeno social representado pelo Renascimento². Aquele homem teocêntrico, místico, crente nos poderes divinos, mudou sua visão de mundo. O Renascimento trouxe diversas inovações nas ciências, na política, na economia, na religião, enfim, definitivamente, essas novidades abalaram as estruturas já postas e a Igreja não teve como se manter inatingível. O declínio da Igreja coincidia, dessa forma, com a ascensão dos grandes comerciantes, que passavam a financiar e proteger a cultura.

Esse período de turbulência e transformações assinalou a transição da Idade Média para uma nova fase da história, conhecida como Modernidade. Chegamos então, pela via dos fatos, ao período que compreende a história da ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola, contemplada neste capítulo. Vale, portanto, retomarmos alguns acontecimentos que marcaram o nascimento da chamada Companhia de Jesus.

Na primeira metade do século XVI um movimento político-religioso fervilhava pela Europa: a chamada Reforma Protestante. Neste momento, a Igreja Católica era colocada à prova, seus dogmas e doutrina eram criticados e alvo de questionamentos. O Protestantismo propôs uma reforma nas idéias religiosas e um dos primeiros a liderar este movimento reformador foi Martinho Lutero. Outros importantes nomes desse momento, no século XVI, foram: João Calvino e Henrique VIII.

Com esse acontecimento, a Igreja percebeu uma grande evasão e um movimento de seus fiéis em direção ao Protestantismo. Assim, percebeu-se um crescimento dos protestantes e a fragilização da Igreja Católica vinha se acentuando. Ante o risco de perder cada vez mais seguidores e o temor de um avanço ainda maior do Protestantismo, a Igreja convocou um concílio, que foi

² O Renascimento, compreendido entre os séculos XV e XVI, foi um momento em que foi trazido de volta os valores greco-romanos. Esse movimento deu origem a um outro segmento, o humanismo. Nessa época houve diversos avanços em muitos setores. Por exemplo, o fato das viagens ultramarinas, que representou um grande desenvolvimento aos negócios da burguesia européia (ARANHA, 2006).

realizado na cidade italiana de Trento. O Concílio de Trento (1545-1563) marcou a tentativa papal em assegurar a unidade da fé, bem como a disciplina eclesiástica, culminando no contexto de um movimento que ficou conhecido na história como Reforma Católica, o qual foi caracterizado como a tentativa do catolicismo de reafirmar os dogmas e difundir a religião pelas terras mais longínquas, recuperando e conquistando fiéis.

Diante disso, podemos nos colocar diante da ordem religiosa que ficou sendo, naquele século, uma das mais importantes e conhecidas em toda parte, a Companhia de Jesus. Embora tenha sido colocado acima que a reafirmação da Igreja Católica se deu, sobretudo, durante o Concílio de Trento, em 1545, a Companhia de Jesus finca seus alicerces em 1534 e é aprovada em 1540 como ordem religiosa pelo Papa Paulo III, por meio da bula *Regimini militantis ecclesiae*, representando a Ordem mais importante na formulação de respostas ao Protestantismo (EISENBERG, 2000). Nesta perspectiva,

A Companhia de Jesus surgiu nesse contexto histórico engendrado a partir do século 16. Canonizada pelo Papa Paulo III, por meio da Bula *Regimini Militantis Ecclesiae* (1540), a Ordem religiosa criada por Inácio de Loiola nasceu para apostolar no mundo secular com três objetivos muito bem definidos: defender o Papa, reconverter os cristãos, particularmente os reformados, e evangelizar os chamados “povos bárbaros” que habitavam os outros continentes (FERREIRA JR., p. 9, 2007).

Conforme esclarecido acima, fica evidente que a Companhia de Jesus foi fundada em uma fase de muitas perturbações na história. A Ordem inaciana veio para disseminar o catolicismo por todas as regiões do mundo, já que a fase era de muitas descobertas, graças à evolução no campo das grandes navegações, portanto era um momento propício para levar a mensagem da Igreja Católica e conquistar os locais mais distantes. Nesse sentido, Inácio de Loiola procurou estabelecer as prioridades da Companhia e organizar os princípios que norteariam os passos dos missionários dessa Ordem.

O fundador dessa ordem religiosa, Inácio de Loiola (1491-1556), era de origem espanhola. Nasceu em 1491, no castelo de Loiola, nas Vascongadas e,

segundo relata Rodrigues (1931a), aos poucos fora se convertendo para a vida religiosa. Acredita-se, pois, conforme esclarece Leite (1938a), que Inácio viveu sua juventude em torno de barulhentas batalhas e guerras. Após algum tempo nesses combates, terminou por se ferir gravemente e no período em que estava se restabelecendo acabou tendo contato com alguns livros que, certamente, o inspiraram à vida religiosa. Logo depois de erguer-se de seu leito o então soldado seguiu rumo à capela de Nossa Senhora, de quem a partir daí se tornou devoto.

Segundo Leite (1938a), Loiola, durante essa trajetória, teve as primeiras idéias sobre a elaboração dos *Exercícios Espirituais*, um livreto que foi a base para as constituições da ordem inaciana. No entanto, o futuro fundador da Companhia tinha tranquilidade para assumir que não possuía conhecimento teológico, tampouco literário, para divulgar suas teorias pelo mundo afora. Resolveu, então, frequentar as universidades de Alcalá e Salamanca, onde acabou por atrair a atenção dos inquisidores³ ali presentes e ser preso em Alcalá.

Não obstante, Inácio de Loiola não desistira de completar seus estudos e, por volta de 1528 procurou a Universidade de Paris. Segundo relata Leite (1938a),

[...] persistindo as peias que lhe tolhiam a pregação, resolveu acabar os estudos em Paris (1528). Ainda o molestou ali a Inquisição. Mas, dentro em breve, impondo-se pela sua pessoa e pela sua doutrina, a Inquisição permitiu a atividade apostólica de Inácio, sobretudo a dos *Exercícios Espirituais*. Respirou. Em Paris estudou primeiro no Colégio de Montaigu, e, era director o célebre pedagogo português, Diogo de Gouveia, Inácio de Loiola recebeu o grau de Mestre em Artes em 1534. E, dando-se ainda à Teologia, concluiu, enfim, a sua carreira de estudos (LEITE, 1938a, p. 4).

Foi na Universidade de Paris que Inácio de Loiola se formou e se graduou mestre, e foi lá também que estudou grande parte de seus companheiros. Ledesma e Nadal, por exemplo, grandes nomes em Roma e Messina, vieram

³ A Inquisição pode ser, resumidamente, definida como um tribunal da Igreja Católica que tratava de perseguir e punir aqueles que estavam cometendo atos considerados heréticos, ou seja, contrários à religião.

da Universidade de Paris. Loiola admirava a organização pedagógica dessa Universidade e, embora tenha conhecido outras instituições, optou sem hesitar pela de Paris, conforme afirma Franca (1952).

Inácio de Loiola, fruto de uma família nobre, destacou-se por um desejo de fundar uma ordem religiosa com características próprias, na qual trabalharia arduamente e da qual fariam parte apenas aqueles que se enchessem do espírito de devoção que deveria caracterizar essa ordem. Pode-se, portanto, dizer, com base nos escritos sobre a Ordem de Loiola, que a devoção/dedicação permeou toda a história da Companhia de Jesus. Em detalhe, vale salientar que Loiola foi reunindo em torno de si seus primeiros companheiros, entre os quais Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Laines, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Nicolau Babadilha (Leite, 1938a).

A princípio, conforme descreve Rodrigues (1931a), a ordem inaciana sofreu muitas perseguições. Loiola e seus primeiros seguidores, no entendimento do autor, foram caluniados e injustiçados por diversas vezes, porém o religioso não desistiu daquela missão que acreditava estar destinado a cumprir. Uma das primeiras decisões tomadas por Loiola foi a de que os membros que fizessem parte dessa ordem deveriam ser os mais eruditos; ademais, precisavam estar unidos e assim permanecer, pois desta forma poderiam estar se ajudando constantemente. Outra importante argumentação de Loiola em favor da unidade da Companhia estava pautada na obediência aos superiores. Mediante essas primeiras decisões é que foram se organizando as regras que iriam sustentar aquela ordem. Neste sentido Rodrigues (1917) relata:

Para esse efeito institui casas de formação científica e literária com um método de estudos vagaroso e sólido e determina que sejam admitidos na sua ordem jovens que pelo talento e virtude deem fundadas esperanças de que hão de vir a ser doutos e profícuos à sociedade (RODRIGUES, 1917, p. 9).

Os seguidores de Loiola, membros da Companhia de Jesus, ficariam então denominados como jesuítas e trabalhariam arduamente para a ordem, obedecendo aos seus princípios. Segundo Costa (2004), os membros da

Companhia deveriam ser principalmente os jovens, pois se considerava que eles seriam mais capazes de realizar as tarefas por ela propostas; assim a juventude passou a ser maioria nesta entidade⁴. Os jesuítas lutavam a favor do catolicismo, da educação e do ensino e, nesta perspectiva, Anchietta (1988) salienta que esses padres ocupavam-se dessas missões junto ao povo muito mais pelo fruto e obra que se esperavam dele, enfim, pela expectativa de um retorno favorável e gratificante.

Diante do exposto, algumas indagações são suscitadas: o que é, enfim a Companhia de Jesus? Quem seriam seus membros? Como funcionariam seus propósitos? Baseando-se nessas questões, Leite (1938a) expõe algumas considerações que estão presentes na bula de aprovação da ordem inaciana, conforme segue:

Qualquer na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo deste seu Instituto, que é um como caminho para chegar a Ele, e de conseguir por todas as forças este fim, que Deus lhe propôs, cada um, todavia, na medida da graça, que o Espírito Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zelo não regulado pela ciência (LEITE, 1938a, p. 6).

A Companhia de Jesus funcionaria, portanto, para difundir a fé católica, e agiria no mundo por meio da caridade. Segundo relata Eisenberg (2000), o principal objetivo desta ordem era persuadir cristãos, hereges e pagãos a seguirem uma

⁴ Independentemente da categoria a que pertença,, seja padre ou irmão, cada jesuíta, ao terminar o noviciato, faz seus votos particulares de pobreza, castidade e obediência, que são definitivos e perpétuos. Além disso, considera-se que o ensino aos jovens rendeu resultados significativos à Companhia de Jesus, como por exemplo, a reconquista de algumas regiões que haviam sido dominadas pelo protestantismo.

vida correta, coerente, guiada pelos ensinamentos divinos, eliminando, dessa forma, qualquer tipo de vício e exagero. Assim, com base nesses desígnios, a Companhia foi tomando proporções consideráveis e levando a bandeira do catolicismo às mais diversas regiões.

2.2 Regimento e documentos da Companhia de Jesus

2.2.1 Exercícios Espirituais

Por trás da sólida ordem religiosa inaciana havia alguns documentos que a sustentavam enquanto instituição. Estes documentos continham normas e regimentos que ampararam os ideais propostos por Loiola e que por isso deveriam ser seguidos por aqueles que faziam parte da Companhia.

De início, apresentamos os chamados Exercícios Espirituais e a definição das primeiras anotações que eles nos trazem:

Por esta expressão, Exercícios Espirituais, entende-se qualquer modo de examinar a consciência, meditar, contemplar, orar vocal ou mentalmente, e outras atividades espirituais, de que adiante falaremos. Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, também se chamam exercícios espirituais os diferentes modos de a pessoa se preparar e dispor para tirar de si todas as afeições desordenadas, e, tendo-as afastado, procurar e encontrar a vontade de Deus, na disposição da sua vida para o bem da mesma pessoa. (EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS, 2002, p. 12).

Deste modo, cabe considerar que os chamados Exercícios Espirituais processavam aquilo que os jesuítas chamavam de “o nosso modo de saber” (*noster modus procedendi*), conforme salienta Eisenberg (2000). Assim, por volta de 1548 fez-se chegar às mãos do pontífice Paulo III o livreto escrito por Inácio de Loiola. Esses exercícios já eram ministrados por Loiola e seus companheiros e, por meio deles vinham tendo excelentes resultados no prisma espiritual. Em contrapartida, ressalta-se, que, justamente por conta desses exercícios, o fundador da ordem inaciana foi preso por duas vezes, fruto da perseguição dos inquisidores.

De qualquer forma, após a análise do livreto, o Papa Paulo III resolveu aprová-lo, por constatar que estava repleto de santidade e piedade, e passou a considerá-lo uma fonte abundante no que diz respeito ao progresso espiritual dos fiéis. Conforme Leite (1938a), nos Exercícios Espirituais escritos por Loiola, considerados por ele como obra divina, encontra-se toda a espiritualidade presente na Companhia.

Neste sentido, percebe-se que os Exercícios estavam ali presentes não para serem lidos, mas para serem utilizados e executados na prática⁵:

Não queria então que o livrinho dos Exercícios estivesse na mão de todos, porque pouco se ganha com a simples leitura. Nem queria demoradas explicações por parte daquele que dava os Exercícios. Os pontos de meditação deviam ser breves, porque vale mais o que a alma descobre por si mesma, do que uma longa explicação didática.

Os Exercícios Espirituais deixaram a possibilidade de enxergar sua finalidade primeira, que era a de que o homem deveria esforçar-se em ordenar sua vida conforme o projeto de Deus. Logo, Loiola considerava importante que os Exercícios fossem realizados em ambientes diferentes, e assim, paulatinamente, foram se edificando as chamadas “Casas de Exercícios”, locais onde os jesuítas se isolavam e se enchiam daquele silêncio para a reflexão, buscando cada vez mais a presença divina.

O livreto contendo os Exercícios Espirituais apresenta quatro diferentes etapas, representadas por palavras em latim que lembram a finalidade de cada uma⁶. Observa-se a sequência abaixo:

Iª Semana (etapa): *"Deformata reformare"*, eliminar da alma as deformações causadas pelo pecado. É um modo de se conhecer a nós mesmos e a grave desordem criada pelo pecado em nossa vida, além do perigo de danação ao que

⁵ Referência retirada do site:

http://www.ocultura.org.br/index.php/Exerc%C3%ADcios_Espirituais_de_Santo_In%C3%A1cio_de_Loyola#Os_Exerc.C3.ADcios_Espirituais:

⁶ Referência retirada do site:

http://www.ocultura.org.br/index.php/Exerc%C3%ADcios_Espirituais_de_Santo_In%C3%A1cio_de_Loyola#Os_Exerc.C3.ADcios_Espirituais:

fomos expostos! Para não cair na desconfiança, Inácio nos faz contemplar a imagem do Salvador Crucificado, morto para nos salvar da morte eterna.

IIª Semana (etapa): *"Reformata conformare"*. Somos convidados a nos revestir do Cristo e de sua armadura. O homem "reformado" deve "se conformar" ao Cristo: pobre como ele; ardente de amor para o Pai e os irmãos. É o tempo da "reforma" ou da opção do estado de vida: como eu, na prática, preciso seguir Cristo?

IIIª Semana (etapa): *"Conformata confirmare"*. Isto é, fortalecer os propósitos de adesão a Cristo, por meio da contemplação de Aquele que foi obediente até a morte na cruz. O grito do Filho: "Pai, se for possível, afasta de mim este cálice", precisa continuamente nos lembrar a segunda parte desta súplica: "Mas não a minha, e sim a tua vontade seja feita". Nesta etapa nos confirmamos nas decisões tomadas.

IVª Semana (etapa): *"Confirmata transformare"*. No fim dos Exercícios, S. Inácio propõe uma maravilhosa contemplação para alcançar o Amor puro de Deus (chamada *"contemplatio ad amorem"*). Com o pensamento se volta à Criação e à Redenção, para descobrir como e quanto Deus nos ame!

Percebe-se diante essa apresentação que os exercícios estão repletos de uma busca pela salvação do homem, eliminando os pecados cometidos e trazendo a paz para a alma. Ademais, trazem ainda a questão da morte, com a crença de que quem morre apenas tem sua vida transformada, fazendo menção à ressurreição.

Enfim, os Exercícios Espirituais estavam repletos de lições que os integrantes da Companhia de Jesus deveriam seguir para alcançar a plenitude divina. Em detalhe, Inácio de Loyola, como fundador da Ordem, cuidadosamente, traz ensinamentos àqueles que desejavam seguir a Jesus Cristo no serviço do Reino de Deus.

Nesse sentido, diremos, portanto, que o fio condutor desta série de exercícios é a oração e as mais variadas formas de devoção. A presença dos Exercícios Espirituais sempre marcou a vida dos membros da Companhia, haja vista que até os dias de hoje os futuros jesuítas ainda praticam esses exercícios.

2.2.2 AS CONSTITUIÇÕES

Após a fundação da Companhia, Loiola redigiu em cinco capítulos o que seriam as Constituições desta ordem, as quais se embebem dos escritos dos Exercícios Espirituais. Antes da conclusão, as Constituições passaram pela aprovação de diversos padres, os mais competentes e, por volta de 1556 foi aprovada pela Congregação Geral, sendo promulgada nas diversas províncias da Ordem. Informa-nos Leite (1938a) que até a sua morte, em 1556, Santo Inácio não receou, em momento algum, em retocar e providenciar alterações que considerasse importantes.

Amparando-se nas Constituições, é possível identificar a dupla finalidade da Companhia, sua tendência apostólica e também individual, ou seja: seus membros se preocupariam com a salvação da alma por força da graça divina e com a mesma intensidade amariam o próximo como a si mesmos, conforme Leite (1938a).

Segundo Rodrigues (1931a), o texto das Constituições deveria ser seguido em toda a sua amplitude e não poderia ser alterado, até mesmo diante da morte de Inácio de Loiola. O texto das Constituições deixa-nos evidenciados três princípios básicos, que o autor expôs em detalhes. O primeiro é que a Companhia e os jesuítas deveriam guiar-se pelo único desejo da glória divina; o segundo determinava que o bem deveria ser universal, pois quanto mais amplo, mais divino; e o terceiro se referia à obediência. Nesta perspectiva damos destaque ao trecho a seguir:

Para dizer em poucas palavras, as nossas Constituições pretendem que sejamos homens crucificados para o mundo e para os quais o próprio mundo está crucificado, homens novos, que se despojaram dos próprios afetos, para se revestirem de Cristo, mortos a si mesmos, para viverem para justiça. Conforme as palavras de S. Paulo, demonstraremos ser servidores de Deus, nas fadigas, nas noites em claro, nos jejuns, pela pureza, ciência, grandeza de ânimo, bondade, no Espírito Santo, com caridade sincera, anunciando a palavra da verdade; e, mediante as armas da justiça, ofensivas e defensivas, por meio da glória e do desprezo, da calúnia e da boa fama, do sucesso e da adversidade, caminhemos a

passos largos para a pátria celeste. Este é o compêndio e a meta das nossas Constituições. (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 23).

No entendimento de Assunção (2007), o texto das Constituições, além de apresentar o modelo de homem que a Companhia de Jesus desejava, conforme esclarecido acima, também compreendia um conjunto de orientações comuns a todos os seus membros espalhados por diversas regiões do mundo, e isso, de fato, contribuiria no sentido de a Ordem inaciana manter a mesma imagem por todas as partes.

O texto das Constituições, escrito por Loiola, foi dividido nas chamadas “Partes”, conforme esclarece Rodrigues (1931a), as quais vão desde normas acerca da admissão e aprovação na Companhia, até o governo e autoridades que compunham a referida Ordem. Enfim, reunia as verdadeiras condições que um homem deveria assumir para tornar-se um jesuíta e, após esse encargo, como deveria agir na sociedade. Faremos, no entanto, posteriormente, um destaque para a quarta parte, pois nesta havia o estabelecimento das leis educacionais e ela foi considerada como a base para o futuro método pedagógico – *Ratio Studiorum*.

Esse conjunto de leis elaborado por Loiola contemplava regras funcionais que deveriam ser seguidas pelos que fossem admitidos na Companhia. Os homens que fariam parte da Ordem inaciana precisavam estar cientes de que, necessariamente, serviriam interinamente a Deus e, para isso, estariam desprendidos do mundo material. Os futuros membros da Companhia teriam, portanto, que abrir mão de todo apego, não só à materialidade, mas também à família, pois só assim, conforme rezam as Constituições (2004), poderiam dedicar-se integralmente à vida espiritual e cristã.

Os admitidos deveriam, de certa forma, provar sua convicção e devoção aos propósitos da Companhia, para isso as Constituições propunham que esses passassem por seis experiências principais. A primeira delas era a de seguir e realizar, por um mês, os *Exercícios Espirituais*; a segunda consistia em servir aos doentes nos hospitais, dormindo e comendo no local; a terceira consistia

em o membro fazer peregrinação e mendigar de porta em porta; a quarta versava sobre a questão da diligência, ou seja, o componente da Ordem deveria dar exemplo de si; a quinta experiência consistia em ensinar, de forma pública, toda ou parte da doutrina cristã; e a sexta “[...] consistiu em, depois de se ter sujeitado às provas com edificação, passar adiante a pregar, a confessar, ou a exercitar-se em uma e outra coisa, consoante os tempos, os lugares [...]” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 57).

Destarte os candidatos não poderiam julgar-se membros durante o período de experiência. Ressalta-se ainda, que outro fator decisivo para admissão dos componentes seria um exame mais particular para os aspirantes, o qual visava conhecê-los melhor no que diz respeito aos estudos e conhecimentos. Para isso, era feito um questionamento e muitas perguntas eram formuladas, até mesmo sobre a capacidade da memória de cada um, se conseguiam ou não reter aquilo que estudavam.

Enfim, as linhas traçadas por Inácio de Loiola eram justamente um manual de como deveria ser um verdadeiro jesuíta. Em seus escritos, diversos requisitos eram impostos para os possíveis membros que adentrariam àquela Ordem. Os cuidados eram muitos e tinham em vista a conservação da alma e do corpo desses homens, guiando-se sempre pela obediência, pois esta permeava implicitamente o espírito da Companhia. Neste sentido, vale destacar que

A obediência como norma de vida de todos os jesuítas era geral e atingia praticamente todas as esferas da vida. Ela está presente na pedagogia jesuítica, de forma vasta através do *Ratio Studiorum*; está presente na relação de subordinação nas casas e colégios; está presente nas visitas oficiais e suas deliberações; está presente até na determinação para a contínua correspondência interna (COSTA, 2004, p. 195).

Motivados pelo amor de Cristo, assumimos a obediência como um carisma dado por Deus à Companhia por meio de seu Fundador, que nos une com mais constância e segurança à vontade salvífica de Deus e constitui, ao mesmo tempo, o vínculo de nossa mútua união em Cristo. Assim o voto de obediência converte a nossa Companhia em um instrumento mais eficaz de Cristo na Igreja para auxílio das almas e maior glória de Deus (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 285, [149]).

Com efeito, após o exposto, podemos atentar para o fato de que as Constituições realmente evidenciavam em seu conteúdo os exatos limites, bem como as regras que regiam a Companhia em sua amplitude. Até a chamada terceira parte podemos dizer que as normas inicianas contemplam fatores como: quem seria admitido, quais seriam os impedimentos para determinadas admissões, por que despedir, quem e como demitir. Todas essas atribuições e tantas outras nessa mesma perspectiva podem ser verificadas nessa parte.

Ao chegarmos à quarta parte das Constituições nos deparamos com uma verdadeira lição de como instruir os admitidos na Ordem inaciana. Ocupemo-nos, neste instante, de adentrar nas peculiaridades destes escritos, já que contêm os primeiros indícios da pedagogia jesuítica que acabou se tornando conhecida em diversas regiões do mundo.

A finalidade primeira da Companhia, conforme descrevem as Constituições (2004), é a preocupação em auxiliar e sustentar não somente a própria alma, mas também, e, sobretudo, a alma do próximo. Com base nessa nota introdutória da quarta parte dos escritos de Loiola é que se pode acolher o fato de que essa ordem religiosa fundou colégios e universidades, no intuito de receber aqueles que não tinham instrução e, ainda, aqueles que sobressaíam e logo ensinariam outro irmão.

Já evidenciado nas Constituições, o colégio foi um elemento fundamental na história da Companhia de Jesus. De fato, esse instrumento decisivo contribuiu para a formação da juventude e a sua atuação nas missões da Santa Sé, conforme elucida Assunção (2007).

Por assim dizer, a Companhia tratou de abrir suas portas aos jovens, que certamente representariam, no pensamento do fundador, significantes filhos do Senhor e, seriam pessoas honestas e dignas de estar naquela Ordem. Nesse sentido as Constituições (2004) destacam:

[...] E, como homens bons e instruídos se encontram poucos, em comparação dos outros, e mesmo desses a maior parte quer mais é descansar dos trabalhos passados, achamos

muito difícil que a Companhia possa desenvolver-se com vocações de homens instruídos, bons e sábios, tanto por causa dos grandes trabalhos como da grande abnegação de si mesmos que o seu Instituto exige.

Por tal motivo pareceu-nos bem a todos, em nosso desejo de a conservar e aumentar para maior serviço de Deus Nosso Senhor, tomar outro caminho: admitir jovens que, pela sua vida edificante e pelos seus talentos, dêem esperança de vir a ser homens, ao mesmo tempo virtuosos e sábios, para cultivar a vinha de Cristo Nosso Senhor. Devemos igualmente, nas condições indicadas pela Bula, aceitar colégios, fazendo parte ou não de universidades, que tais universidades sejam governadas pela Companhia, quer não. Estamos persuadidos em Nosso Senhor que isso será de maior serviço de sua divina Majestade, porque assim aumentará o número dos que se hão de empregar nele, e serão ajudados a progredir mais na ciência e na virtude (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 115, [308]).

Após essa exposição e com base na organização, obediência e dedicação dos jesuítas é possível chegar à máxima singularidade encontrada na Companhia de Jesus. Essa Ordem religiosa possui características ímpares e sua grandiosidade, ao longo dos anos, pode ser atribuída a essa disposição encontrada em seu interior, e também ao fato de que os religiosos não ficavam reclusos em mosteiros, ao contrário, saíam mundo afora nas missões em busca de conquistar novos fiéis, levando a religião por todos os lados.

2.2.3 *RATIO STUDIORUM*

“Todo código de educação espelha necessariamente a fisionomia em que nasceu. Educar não é formar um homem abstrato intemporal, é preparar o homem concreto para viver no cenário deste mundo” (FRANCA, 1952, p. 44).

A educação, embora não fizesse parte dos primeiros planos do fundador da Ordem religiosa, mereceu uma atenção especial de Loiola. O *Ratio Studiorum*, nesse sentido, foi o plano que sistematizou os rumos que a Companhia de Jesus deu à educação. Seguiremos, portanto pela trilha educacional que a Companhia delineou ao longo de sua existência e passaremos a tratar sobre o *Ratio Studiorum* em suas entrelinhas. Cabe, inicialmente, fazer um destaque à

IV Parte das Constituições, na qual Loiola dedicou-se a traçar um sistema de educação e ensino que veio resultar no método pedagógico utilizado pelos jesuítas nos inúmeros colégios que fundaram ao longo dos anos e imperou como norma principal, não somente nesses colégios, mas também nas universidades da Companhia.

Ao reportar-se ao método pedagógico jesuítico, o chamado *Ratio Studiorum*, oficializado em 1599, cabe nos referirmos inicialmente, conforme salientado acima, à IV Parte das Constituições da Companhia de Jesus, em vigor desde 1552. Nesta parte, estão traçadas as linhas mestras da organização didática, bem como o espírito das atividades pedagógicas.

O *Ratio Studiorum* foi pensado por Loiola como um método que guiaria a ação jesuítica nos colégios. Para o fundador da Companhia, a IV parte das Constituições não seria o suficiente para esse objetivo. Portanto, segundo salienta Franca (1952), as Constituições não substituiriam um plano específico de estudos nem um código prático de leis, e o próprio Loiola evidenciou isso nas Constituições, esclarecendo que deveria ser elaborado um Estatuto referente aos métodos dos estudos nos colégios e faculdades. Inácio acreditava, conforme apresenta Franca (1952), que somente uma codificação desse porte poderia conter os inconvenientes das mudanças frequentes que uma grande variedade de opiniões poderia causar.

Os primeiros ensaios para montagem desse plano de sistematização dos métodos pedagógicos datam de antes de 1586 e, sucessivamente, foram aparecendo alguns outros códigos. Entretanto, coube ao Padre Cláudio Aquaviva a tarefa de organizar o método pedagógico jesuítico. Ele foi eleito Geral da Ordem em 1581 e em 1585 estavam concluídos os trabalhos e elaborado um método, que foi examinado por uma comissão de professores do Colégio Romano, e ainda não satisfeito, o Geral resolveu encaminhá-lo a um estudo de toda a Companhia.

Franca (1952) salienta que essa primeira versão do *Ratio* não tinha um caráter definitivo, deveria, portanto, ser primeiramente analisada e criticada por

homens notáveis e conhecedores da doutrina e da prática do magistério. Finalmente, em 1599, após sofrer novas modificações e ser reduzido, o *Ratio* foi publicado em sua versão definitiva, tornando-se assim uma lei.

Vale ressaltar que o método pedagógico jesuítico era, então, uma reunião das diversas experiências que já vinham sendo realizadas nos diferentes colégios que a Companhia fundara pelo mundo, sendo assim não era uma inovação no campo educacional, mas sim a consolidação das experiências de meio século da Companhia na administração de colégios. Assim,

O documento que define o plano de estudos para os colégios da Companhia de Jesus é normativo, prescrevendo regras para todos os envolvidos no processo educativo, desde o Provincial, o Reitor e o Prefeito de Estudos, passando pelos professores dos vários cursos e níveis e terminando com as regras para os estudantes e suas diferentes opções de organização. E a primeira conclusão a que se chega quando se acompanha, mesmo que de forma sucinta a história do plano oficial de estudos da Companhia de Jesus, é que se trata de um documento filho da experiência (COSTA, 2007, p. 42).

Neste mesmo sentido, a fim de esclarecer mais algumas questões presentes no *Ratio*, vale também ressaltar que:

O elemento mais relevante da *Ratio* é constituído por uma rígida norma que abrange toda a organização da vida do colégio e dos estudos: desde as funções dirigentes do provincial e do reitor até as disposições didáticas relativas aos professores e aos estudantes dos vários cursos de estudo e às várias disciplinas ensinadas. Realiza-se desse modo uma orgânica programação das atividades educativas em estreita relação com os ético-religiosos da Ordem: formar uma consciência cristã, culta e moderna e orientar, também mediante a instituição escolar, para uma obediência cega e absoluta [...] (CAMBI, 1999, p. 261).

O *Ratio* não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios; logo os princípios pedagógicos que estão contidos nele, conforme elucida Franca (1952); eles são mais supostos do que enunciados. Vale ressaltar, então, que o *Ratio* não surgiu de esforços de uma comissão de eruditos trabalhando no silêncio de uma biblioteca, ao contrário, ele baseou-se na viva experiência ocorrida nos colégios espalhados por toda a Europa.

Esses colégios abrigaram um grande número de alunos e grandes nomes da história tiveram formação segundo o método jesuítico, como, por exemplo: Fontenelle, Descartes, Bossuet, Montesquieu, Rosseau, Diderot, Buffon, Lamartine, Cervantes, Antonio Vieira, Tasso, Alfieri, entre outros. Inicialmente os colégios da Companhia não recebiam membros que não fossem da Ordem, no entanto isto começou a acontecer como que por necessidade, sobretudo por tratar-se de um meio eficaz para renovação cristã, pois, recebendo alunos “externos” a possibilidade de disseminar a religião católica e atingir um maior número de fiéis seria maior, beneficiando assim a solidificação da Companhia e do próprio catolicismo.

A composição do *Ratio* contou com uma elaboração baseada na sabedoria antiga, contemplou o cristianismo como o tesouro de suas verdades, a Idade Média com a riqueza das experiências filosóficas e o Renascimento com as preocupações de elegância e arte, segundo nos esclarece Franca (1952). Sendo assim, os estudos da Companhia prenderam-se a uma tradição amplamente humana.

O *Ratio* esteve presente nas diversas regiões conquistadas pela Companhia por quase dois séculos, porém isso não quer dizer que os colégios fundados pelos jesuítas tenham ficado estagnados e não tenham acompanhado as novas exigências de tempos que mudavam. Ao contrário, pode-se considerar que o método pedagógico da Ordem inaciana tinha certa flexibilidade, pois possibilitava adaptação conforme os diferentes lugares onde seria aplicado, embora se exigisse que se aproximasse o mais possível da organização geral dos estudos proposta por ele, ou seja, sempre muito fiel às proposições do Geral Acquaviva (FRANCA, 1952).

A própria organização do *Ratio* permitiu certa maleabilidade, ou seja, as adaptações que lhe eram permitidas e exigidas eram feitas conforme o movimento progressivo da cultura. No entendimento de Franca (1952), o princípio de uma política educacional progressiva reconhece-o a regra 39 do Provincial:

Como, porém, na variedade de lugares tempos e pessoas pode ser necessária alguma diversidade na ordem e no tempo consagrado aos estudos, nas repetições, disputas e outros exercícios e ainda nas férias, se julgar conveniente na sua Província, alguma modificação para maior progresso das letras, informe o Geral para que se tomem as determinações acomodadas a todas as necessidades, de modo, porém, que se aproximem o mais possível da organização geral dos nossos estudos. (FRANCA, 1952, p. 33 e 34)

No que diz respeito à pedagogia jesuítica descrita pelo *Ratio Studiorum*, pode-se dizer que se trata de uma pedagogia ativa, na qual uma das características mais marcantes destacadas por Franca (1952) é a organização das aulas, por exemplo. Estas se organizam como uma pequena sociedade, onde cada estudante tem sua função a desempenhar, ou seja, não se resumem a uma multidão de alunos amorfos e passivos diante de um livro morto, ao contrário, a aula é uma sala de exercícios, os quais procuram dar vida às lições, contando, de fato, com a participação dos estudantes.

Os alunos têm participação frequente nas atividades, compondo discursos ou poesias que apenas são retocados pelos professores. Percebe-se, pois, certa liberdade para esses jovens, em uma postura de autoridade que os alunos vinham assumindo e que estava prescrita pelo método.

A pedagogia do *Ratio*, segundo Franca (1952), atribui um importante papel à figura do professor, já que a realidade do século XVI não favorecia essa classe. A Companhia de Jesus deu vida a uma formação reabilitadora dos mestres, o melhor dos seus esforços seria destinado à composição do corpo docente. A formação moral foi a primeira preocupação da Companhia. Ao entrar nas fileiras, o futuro mestre e formador das almas deveria dedicar-se por dois anos inteiros exclusivamente à formação da própria alma, pois acreditava-se que o educador deveria, necessariamente, ser um psicólogo (Franca, 1952).

Em suma, a educação jesuítica estava envolta em muita organização, e, por trás dessas variadas regras e normas estava a religião, a qual era pano de fundo de toda atividade daqueles padres. Neste sentido, vale salientar que

A chamada educação jesuítica, enfim, não pode jamais ser descolada de uma concepção religiosa, ou seja, os fins, o intuito, o objetivo final dos colégios e do *Ratio Studiorum* é fornecer uma formação verdadeiramente religiosa e, para isso, se utiliza de uma lógica educativa, que é distribuída pelos níveis, pelos cursos, pela didática, pelos valores, enfim, pelo rigor, como meio, como instrumento para se formarem homens competentes e padres responsáveis e corajosos para assumirem os mais diferentes serviços, especialmente os concernentes às missões (COSTA, 2004, p. 227).

A formação do professor, do aluno, a disciplina, enfim essas e diversas outras normas e temas foram contemplados pelo *Ratio Studiorum*, bem como a organização administrativa dos colégios fundados por essa Ordem, a função de cada membro desses colégios, a distribuição de aulas, entre outros. Adiante falaremos especificamente sobre a história desses colégios inacianos, portanto, abrangeremos esses outros itens.

2.3 COMPANHIA DE JESUS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Ao falarmos acerca do desenvolvimento e materialização da Companhia de Jesus, consideramos imprescindível enveredarmos pela vertente portuguesa. A atividade da Ordem inaciana foi intensa nas terras do reino lusitano e, certamente, decisiva para a chegada dos jesuítas ao Brasil. Assim, nessa perspectiva, podemos dizer que “[...] nossa história tem vínculos indissociáveis com a nação portuguesa, por isso é necessário buscarmos algumas referências no contexto histórico português” (PINTINHA, 2004, p. 16).

A história da Companhia de Jesus no reino lusitano tem seu início por volta de 1540, conforme esclarece Rodrigues (1931a). Portugal, na primeira metade do século XVI, encontrava-se solidificado e avançado em suas conquistas marítimas⁷, característica essa que já não se fazia presente na outra metade do século em questão, porém atentaremos para o primeiro momento vivido

⁷ O reino português vinha conquistando vários territórios, no decorrer do século XV e XVI, entre eles vale destacar: Ceuta (1415), Madeira, Açores, Cabo Bojador, Cabo Verde, em 1471, Brasil (1500), entre outros, conforme destaca Arruda (1986).

pelo reino lusitano, período em que os jesuítas se estabeleceram na região e em que, de fato, o adiantamento no setor marítimo provocou acentuado desenvolvimento em diversos setores do país. A nobreza portuguesa, por exemplo, cresceu a passos muito ligeiros, pois foi um período de grande progresso em Portugal. Cabe salientar que

A superioridade dos navios portugueses, o melhor emprego da artilharia e a agressividade de alguns grandes chefes militares permitiram o triunfo português. [...] A coroa portuguesa adquire assim uma nova dimensão. O pequeno Portugal ibérico transforma-se numa das maiores potências navais e comerciais da Europa (SARAIVA, 1995, p. 153).

Vivenciando esse momento de ascensão portuguesa, o então monarca D. João III (1502-1557) presenciou ainda muitas outras mudanças em Portugal, como as reformas legislativas, por exemplo, e também a chegada da ordem religiosa de mais importância naquele período, a Companhia de Jesus.

Conforme já evidenciado anteriormente, D. João III chamou os padres jesuítas para Portugal. Qual teria sido o motivo desse convite? Sabe-se que naquele momento Portugal era detentor do monopólio comercial com o Oriente e estava ampliando suas descobertas no Novo Mundo. Esse processo de ampliação do Império Português já havia sido iniciado pelo monarca D. Manuel, no entanto foi D. João III que desejou conciliar essa nova fase de expansão comercial e territorial com o avanço do cristianismo.

Nesse sentido, podemos considerar que um dos fatores decisivos para a presença dos padres da Companhia de Jesus em Portugal e a consequente hegemonia que estes tiveram nos campos missionário e educacional é que o convite à Ordem Inaciana se deu justamente no período em que começava a virada conservadora no reinado joanino (o apego à cultura religiosa) e, de certa forma, aqueles padres corresponderam à expectativa da corte.

O rei português foi quem, de fato, favoreceu a presença da Companhia em Portugal e deixou esclarecidamente evidenciado o seu desejo de ter os padres da Ordem Inaciana em sua terra e naquelas que conquistara recentemente, atendendo dessa forma à intenção de conservar um aspecto religioso na corte

portuguesa. Podemos, nessa perspectiva, considerar que os desejos do rei português vieram ao encontro dos anseios de Loiola e sua ordem religiosa.

Após essa aproximação entre os dois lados, conforme salienta Lopes (1992), D. João III solicitou a Loiola seis dos padres da Companhia para atuarem em Portugal, no entanto o fundador da Ordem mostrou-se desfavorável a esse pedido, dizendo que poderia enviar apenas dois dos seus para que atendessem ao pedido do rei.

Desta forma, Loiola nomeou Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha para cumprirem esta missão no reino lusitano. Entretanto, Bobadilha não pôde ir, pois adoecera; por isso Loiola convocou Francisco Xavier que, com muita alegria, aceitou a missão, conforme refere Rodrigues (1931a). Vale salientar que,

Deste modo, D. João III foi o primeiro Rei da Europa a chamar os Jesuítas e a abrir-lhes as portas sobre regiões imensas, em todos os pontos do globo. É graças a ele que tão pequeno país será posto em estado de expedição missionária permanente durante 215 anos (de 1541 a 1756), enviando, em média cada ano, 16 missionários, do porto de Lisboa para os novos mundos (LOPES, 1992, p. 68).

Desde a chegada dos padres ao reino português o Rei os chamou de apóstolos e, assim permaneceram conhecidos por todo o tempo em que ali se estabeleceram. Tanto Xavier como Simão Rodrigues percebiam com extrema nitidez a aspiração do monarca em multiplicar a Companhia naquele território. D. João III facilitou a presença dos jesuítas em Portugal porque, na verdade, era grande benefício manter os padres inicianos naquele local, já que o rei se interessava em desenvolver as letras e as ciências no reino lusitano.

Segundo expõe Lopes (1992), o rei português desejava fortalecer e solidificar cada vez mais a presença jesuítica naquela região, por isso empenhou-se em conseguir a primeira moradia própria dos jesuítas no mundo inteiro. Por trás do intuito de D. João III em edificar a Companhia em Portugal estava seu interesse

em fundar um seminário que pudesse alimentar as missões nas terras recém-descobertas.

O monarca lusitano estava decidido a doar aos padres daquela Companhia, como moradia própria, o antigo convento dos frades de Santo Antão, localizado em Lisboa. Naquela ocasião o citado convento estava desabitado e então, conforme salienta Lopes (1992), em 5 de janeiro de 1542, Simão Rodrigues, juntamente com alguns outros companheiros religiosos, passaram a fazer dele sua residência. Assim, como expõe Rodrigues (1931a), essa casa acabou sendo um dos primeiros bens conquistados pela Companhia ao longo de sua existência.

A primeira família da Casa de Lisboa (Mosteiro de Santo Antão) era composta por mais membros da Companhia e, com o tempo, muitos jovens eram atraídos por esta. Desta forma, a comunidade daquela casa ia crescendo não somente com portugueses, mas também com alguns que lhe eram enviados por ordem de Loiola. Simão Rodrigues mostrava-se satisfeito com o sucesso da Companhia em Portugal, e conquistou a simpatia daquele reino e da própria Companhia, conforme relata Rodrigues (1931a). Outrossim, diante do exposto era evidente que o mosteiro, ou a chamada Casa de Lisboa, vinha se destacando como um verdadeiro centro de fé.

Após algum tempo em Portugal, o jesuíta Francisco Xavier foi enviado para as Índias, com o consentimento de Loiola e de D. João III. Assim sendo, foi Simão Rodrigues que permaneceu no reino português, consolidando cada vez mais a Companhia. Neste momento, faz-se destaque ao interesse desse padre em fundar um colégio jesuítico nesse reino.

Embora o interesse de Simão Rodrigues fosse evidente, segundo Lopes (1992), há indícios de que a idéia primeira de fundar esse edifício próximo à Universidade de Coimbra foi de Xavier, que teria até cogitado de pedir a Inácio que enviasse a Portugal as instruções e regras que deveriam reger os colégios. Contudo, foi a Simão Rodrigues que o rei, convencido da importância de haver um colégio na região, confiou essa obra.

Assim, em 1542, Simão Rodrigues e mais doze companheiros partem para Coimbra para fundar o primeiro colégio de formação da Companhia. Logo, “a casa é propriedade dos jesuítas onde vivem apenas estudantes jesuítas que vão às aulas à Universidade, pelo menos no início [...]” (LOPES, 1992, p. 73).

Nesta ocasião, vale destacar a figura de representatividade que foi Simão Rodrigues para Portugal. O rei português mostrava seu reconhecimento a Rodrigues, bem como a confiança que tinha nele e nos seus serviços em favor do reino lusitano. Segundo Rodrigues (1931b), D. João III confiava a este padre cargos de muita importância no interior do reino, entre os quais o de mestre de seu filho. Outro exemplo dessa confiança depositada em Simão Rodrigues pode ser comprovado no trecho a seguir:

No mês de julho de 1543 faleceu o venerando bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, irmão do primeiro vice-rei da Índia, depois de ter administrado a diocese por bem sessenta e dois anos. Nesta conjuntura, como referem comumente os historiadores da Companhia e outros a ela estranhos, pôs D. João III os olhos em Mestre Simão para lhe galardoar a amizade e serviço com a mitra conimbricense. (RODRIGUES, 1931b, p. 17)

Mestre Simão, homem simples, dedicou-se espiritualmente à vocação religiosa e recebia muitos elogios provindos de todas as partes. Neste sentido, o religioso trabalhou com muito fervor e em 1546 Inácio de Loiola o oficializou como Provincial de Portugal. Durante sua administração Simão Rodrigues procurou formar muitos homens, os quais se tornaram bons exemplos de virtude. Fez também com que progredissem efervescentemente os estudos das letras, bem como influenciou seus subordinados no sentido de cuidarem com zelo da Companhia, conforme descreve e destaca Rodrigues (1931b):

Da autoridade que lhe davam empregos luzidos, e do crédito que tinha com o rei e cortesãos, usava não para aumentos temporais, mas para muitas obras de piedade, e com esse fruto sobrenatural se consolava. Não se repousava em honras que lhe fizessem; vivia na corte ocupado continuamente em promover o bem do Colégio de Coimbra e em procurar a salvação das almas pelos ministérios espirituais (RODRIGUES, 1931B, p. 31).

Graças ao bom desempenho da Companhia em Portugal e à considerável aceitação de Simão Rodrigues, a província portuguesa teve um rápido e grandioso desenvolvimento e o número de membros da Ordem inaciana, bem como a quantidade de casas e colégios, iam crescendo à medida que a Companhia ia se solidificando naquele local:

O número de seus membros, que em 1560 orçavam por uns 350, subia a 522 no ano de 1574. Cinco anos depois em 1579 apenas chegavam a 550, que no ano seguinte desciam a 484. As calamidades do reino e a peste que o assolou por esse tempo, foram a causa dessa diminuição. Em 1594 já eram 570. No ano de 1607 contavam-se 650 e passados oito anos juntavam-se 15 a esse número, porquanto em 1615 formavam a Província 665 membros, sendo 246 sacerdotes, 191 escolásticos, 160 coadjutores temporais e 68 noviços". (RODRIGUES, 1917, p.4)

Além de desenvolver um trabalho de muita importância em território português, outra vocação da Companhia de Jesus era estender seu apostolado aos países não seguidores da doutrina católica, por isso suas atividades apostólicas e pedagógicas alcançaram as terras de além-mar recém-conquistadas. Assim, conforme afirma Pintinha (2004), em cada instalação colonial o rei necessitava da presença jesuítica, já que a evangelização estava inerente às novas conquistas, até como uma forma de garantir a posse da nova terra.

As missões jesuíticas⁸ são outro ponto que tem merecido destaque na história, no entanto não nos aprofundaremos nessa questão, limitando-nos às linhas gerais. Segundo Rodrigues (1931b),

Os primeiros que vieram a Portugal, Francisco Xavier e Simão Rodrigues, traziam, por vontade de D. João III e obediência do Pontífice Romano, o destino para as missões das Índias Orientais. E, se um deles ficou na Europa, não o detiveram por lhe mudar a vocação apostólica, mas para lhe dar o encargo de fundar um colégio, que fosse um seminário fecundo e perene de missionários para o Oriente. (RODRIGUES, 1931b, p. 518)

Conscientes como estavam aqueles religiosos da sua especial vocação, não é maravilha que andassem continuamente

⁸ Missões jesuíticas foi o nome atribuído aos antigos aldeamentos indígenas organizados e também administrados pelos jesuítas no Novo Mundo, ou seja, nas regiões recém-descobertas. Essas missões tinham um caráter evangelizador, bem como civilizador, compreendendo a fundação de colégios.

acesos em vivo fervor das missões, e sentissem os corações bater de santo alvoroço e suspensão, quando chegava cada ano o momento de serem escolhidos os que se haviam de embarcar nas ribeiras do Tejo, e seguir com o rumo no Oriente ou no Ocidente à busca de almas para Deus e para o céu. Decorria tanta vez comoventíssima aquela cena, em que as súplicas ferventes dos que pretendiam ser dos eleitos, e as lágrimas de todos bem denunciavam o zelo e sentimento que animava esses apóstolos... (RODRIGUES, 1931b, p. 520)

Assim, aos poucos, os religiosos iam atingindo as terras mais longínquas, em todas as partes do mundo, com muita paciência e perseverança, conforme expõe Rodrigues (1931b). Nestas terras os religiosos se dedicaram ao ensino da juventude, cultivaram com eficácia o estudo das línguas aborígenes, aperfeiçoaram-se nos conhecimentos etnológicos sobre os povos que evangelizaram e contribuíram para o progresso dos estudos históricos, embora isso não tenha sido uma tarefa tão simples assim, já que houve certa resistência.

Em 1530 D. João III enviou suas primeiras naus colonizadoras para região do Brasil. O rei português se viu diante da necessidade de colonizar definitivamente o território recém-descoberto, o qual sofria constantes ataques no litoral, principalmente por parte de mercadores franceses, os quais procuravam abastecer-se da grande riqueza da nova terra, o pau-brasil, conforme refere Saraiva (1995). Em face dessa situação, Portugal corria eminente risco de perder as terras brasileiras. O primeiro passo para afastar essa ameaça foi mandar a expedição de Martim Afonso de Souza, conforme segue:

A idéia de uma colonização sistemática oficial surgiu em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa. Data de então fundação de São Vicente, em cujos terrenos alagadiços se fizeram as primeiras plantações de cana-de-açúcar e onde se instalou o primeiro engenho açucareiro. Havia já portugueses na região (SARAIVA, 1995, p. 162).

Alguns anos mais tarde, ainda no intuito de colonizar o Brasil e agora também evangelizar o povo que ali vivia, Portugal enviou missões para cuidarem e zelarem pelas almas daquele lugar. Em 1549 mandou para o território brasileiro homens para dar sequência ao processo colonizador e também os primeiros jesuítas para trabalharem na vertente religiosa. Essa fase vivida pela

Companhia em território brasileiro será contemplada no capítulo que se segue. Rodrigues (1931b) observa:

Mas o rei piedoso não separava a colonização territorial da evangelização cristã e conversão dos povos indígenas. Movido por este religioso intuito cuidou de mandar com o primeiro governador os apóstolos que haviam de transformar aquela região imensa num povo de uma só fé e religião. Para os encontrar virtuosos e ativos como ele desejava, pôs os olhos na Companhia de Jesus, que havia apenas nove anos admitira nos seus reinos, deixando tantas outras Religiões, tão antigas e autorizadas, e pediu missionários a Mestre Simão Rodrigues. (RODRIGUES, 1931b, p. 539)

Não bastassem as conquistas e missões no Ocidente e Oriente, a província jesuítica portuguesa cuidou também da região africana. Os jesuítas trabalharam em Angola e Luanda, que eram consideradas terras de difícil conversão, pois os aborígenes eram considerados de má índole e tinham costumes difíceis de mudar. Neste sentido, “[...] foi Angola um vasto campo de batalha em que exercitaram duramente as armas portuguesas com suas alternativas de grandes vitórias e alguns desastres [...]” (RODRIGUES, 193b, p. 522).

Assim sendo, podemos afirmar que a história da Companhia de Jesus e sua ação em Portugal tiveram estreitos laços, já que os religiosos expandiram suas forças por toda a província portuguesa e paulatinamente foram dando vida a novas casas e colégios que se erguiam, fazendo vigorar toda a espiritualidade e religiosidade característica da ordem inaciana. No interior desses estabelecimentos ia se formando o povo para uma vida cristã e repleta de fervor.

Há que se considerar, ainda, que Portugal obteve grandes benefícios com a presença dos padres da Companhia de Jesus, já que estes foram além da missão religiosa. Deste modo o povo português se favoreceu consideravelmente, porquanto a Ordem contribuiu largamente na instrução e educação, primordialmente da juventude, no interior dos colégios, os quais foram consecutivamente crescendo.

Os religiosos trabalharam com muita dedicação não só em território lusitano, mas em diversas regiões mundo, e provaram não poucos sofrimentos em solos desconhecidos. Obviamente não desconsideraremos as adversidades que os jesuítas encontraram nos locais de visitaço, no Brasil, por exemplo, porém, mesmo diante dos obstáculos encontrados, estes homens não perderam a fé e com afinco foram desempenhando o papel ao qual estavam designados.

2.4 A COMPANHIA DE JESUS E O NOVO MUNDO – COLONIZANDO E CATEQUIZANDO O BRASIL

Após aportarem pela primeira vez no Brasil, os portugueses passaram a ser os “donos” dessas terras. Sendo assim, com receio de perdê-las para os invasores, sobretudo franceses, o rei português enviou em 1530 a expedição de Martim Afonso de Souza, a primeira tentativa de colonizar a região. A incumbência de Martim Afonso era explorar as terras e também ir demarcando locais para o estabelecimento de povoados.

O modelo colonizador português baseava-se na exploração agrícola voltada principalmente às necessidades do mercado externo, conforme salienta Fausto (1995). Como o território brasileiro se tornou uma colônia do Estado português, foi implementado um modelo para colonizar esse território o qual teve início a partir de 1534, com a divisão do Brasil nas chamadas Capitanias Hereditárias. Este sistema consistiu em dividir o território em quinze faixas de terra, cada uma das quais seria doada a um capitão donatário⁹. Dentre as capitanias, vale salientar que apenas duas prosperaram: Pernambuco e São Vicente¹⁰. Mesmo diante deste resultado, cumpre considerar que, de modo geral, as capitanias

⁹ Os capitães donatários eram fidalgos da pequena nobreza portuguesa e funcionários do Estado, enriquecidos pelo comércio com o Oriente.

¹⁰ A capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho e a de São Vicente a Martim Afonso de Souza. Ambas prosperaram, pois conseguiram se firmar, atendendo às expectativas do reino lusitano, ou seja, a produção de açúcar. Há que se destacar também que a capitania vicentina tinha ainda outro fator que a privilegiava: sua localização no ponto mais avançado ao sul fez com que São Vicente fosse um dos portos mais visitados por embarcações, facilitando, portanto, o comércio.

atingiram os objetivos idealizados pela Coroa, tendo em vista que os territórios demarcados pouco a pouco se desenvolveram e, de certa forma, começou a surgir uma economia local, conforme afirma Eisenberg (2000).

Posteriormente, em 1548, o Estado português criou o Governo-Geral, como uma nova tentativa de explorar e administrar o Brasil. Essa iniciativa era financiada exclusivamente pela Coroa. Este novo sistema representou, segundo destaca Fausto (1995), um esforço de centralizar a administração das terras recém-descobertas, porém lembra o autor que isso não significou um total domínio do governador-geral sobre o território.

Dentro deste sistema destacaremos o primeiro Governador Geral: Tomé de Souza (1549-1553). Segundo Eisenberg (2000), foi ele incumbido pelo Rei D. João III de assumir, inicialmente, o posto de governador-geral do Brasil. Ao pisar nesse território haveria de organizar e fundar uma cidade na Bahia, a fim de expulsar os visitantes indesejados, combater os indígenas inimigos, bem como dar início a um sistema de arrecadação em torno da exploração do pau-brasil¹¹:

Eu el Rey ffaço saber a vos Tome de Sousa ffidalguo de minha casa que vemdo Eu quamto serviço de Deus e meu he conservar e nobrecer as capitánias e povoações das terras do Brasill e dar ordem e maneira com que milhor e mais seguramente se posão ir povoando pêra eixalçamento da nossa santa fee e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras ffazer hua fortaleza e povoação grande e forte em hum lugar conveniente pêra dahy se dar favor e ajuda as outras povoações e se menistrar justiça e prover nas cousas que comprirem a meu serviço e aos negócios de mynha fazenda e a bem das partes e por ser enformado que a Bahia de Todolos Santos he o lugar mais conveniente da costa do Brasill pêra se poder fazer a dita povoação e asento asy pela desposição do porto e rios que nella entrão como pela bondade abastamça e saude da terra e por outros respeitos ey por meu serviço que na dia Bahia se faça a dita povoação e asento e pera isso vaa hua armada com jemte artelharia armas e monyções e todo o mais que for necessário e pola muita

¹¹ O pau-brasil teve especial importância na história do Brasil. Segundo Vainfas (2001), o comércio dessa especiaria foi a principal atividade econômica desenvolvida pelos portugueses em território brasileiro até meados de 1530. A principal importância estava na tintura da madeira para as manufaturas têxteis da Europa.

confiança que tenho em vos que em caso de tal qualidade e de tanta importância me sabereis servir com aquella fieldade e deligencia que se pêra isso requerer ey por bem de vos enviar por governador as ditas terras do Brasill no qual carguo e asy no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte da qual fortaleza e terra da Baia vós aveis de ser capitão (REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA, p. 345).

Todavia, podemos considerar, além desses interesses administrativos e econômicos, outro que está diretamente ligado aos demais, qual seja a conversão dos pagãos, dos gentios, com auxílio notável dos padres inacianos. Eis o que diz um documento:

Porque a principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasill foi pêra que a gente dela se convertese a nosa santa fee católica vos encomendo muito que pratiques com os ditos capitães e officiaes a melhor maneira que pera isso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes aguardecerei muyto terem espiciall cuidado de os provocar a serem christãos e pera eles mais folguarem de ho ser tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consymtão que lhes seja feita opresão nem agravo allgum e fazendo se lhe lho fação correger e emmendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pessoas que lhas fizerem sejam castigados como for justiça (REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA, p. 347).

Partem então de Belém, em primeiro de fevereiro de 1549, os jesuítas, Tomé de Souza, colonos, funcionários, entre outros, com três naus (Conceição, Salvador e Ajuda), duas caravelas (Leoa e Rainha) e um bergantim – embarcação ligeira de dois mastros – São Roque ou Santiago. O jesuíta designado para o papel de fundador da província brasileira era o jovem Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), o qual trouxe consigo os padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcueta Navarro, e os irmãos - que depois se ordenaram - Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, conforme relata Leite (1938a). Neste sentido expõe o autor:

O desembarque da gente da armada operou-se na povoação de Pereira (do primeiro donatário da Baía, Francisco Pereira Coutinho), chamada também depois Vila Velha, por oposição a cidade nova, que se edificou meia légua dali na direção do Recôncavo. A Vila Velha, que faz hoje parte integrante da cidade do Salvador, ficava perto da Barra, nos sítios da Graça e S. Antonio. Tomé de Souza desembarcou em boa ordem, postos dos gentios e sobretudo para dar impressão de força. Nóbrega desembarcou também com os seus, levando um

deles uma cruz alçada como para indicar que eram gente de paz. Efetivamente foram recebidos em paz (LEITE, 1938a, p. 20).

Depois de certo tempo ao mar, cerca de oito semanas, a comitiva portuguesa enviada ao Novo Mundo pisou em território brasileiro, e em 29 de março estabeleceu os primeiros contatos com os nativos. Dois dias depois, em 31 de março de 1549, Nóbrega rezou a primeira missa, marcando assim, no dizer de Pintinha (2004), o início efetivo do processo colonizador lusitano, permeado também pelo interesse em disseminar o catolicismo entre os homens desta terra.

Mesmo considerando-se que havia informações sobre os indígenas, os portugueses recém-chegados se depararam com um povo um tanto “diferente” dos hábitos europeus, desde a língua até os costumes, modos de vestir, comidas e outros aspectos. Neste momento nos restringiremos a falar dos indígenas, embora não desconsideremos os demais habitantes que também residiam nessa região (portugueses, escravos negros).

É possível observar, por meio das cartas jesuíticas, a impressão dos portugueses em relação ao povo indígena e também o processo contrário. As cartas apresentavam informações consideravelmente importantes e, por meio delas, era possível estabelecer contato entre povos que estavam separados, muitas vezes, por oceanos de distância. Nesta perspectiva, destacar-se-ão em seguida alguns trechos das cartas dos padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega:

Chegamos a esta Bahia a 29 dias do mez de Março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era; receberam-nos com grande alegria e achamos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres e Irmãos em umas casas a par della, que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos. E nisso nos occupamos agora. (NÓBREGA, 1988, p. 71)

As mais novas da terra e da nossa cidade os Irmãos escreverão largo e eu também pelas naus quando partirem. Crie Vossa Reverendíssima muitos filhos para cá, que todos são necessários. Eu um bem acho nesta terra que não ajudará pouco a permanecerem depois na Fé, que é ser terra grossa, e

todos têm bem o que hão mister, e a necessidade lhes não fará prejuízo algum. Estão espantados de ver a magestade com que entramos e estamos, e temem-nos muito, o que também ajuda. Muito há que dizer desta terra; mas deixo-o ao commento dos charissimos Irmãos. (NÓBREGA, 1988, p.75)

Espero em Nosso Senhor fazer-se fructo, posto que a gente da terra vive em peccado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras das quaes estão cheios de filhos e é grande mal. Nenhum delles se vem confessar; ainda queira Nosso Senhor que o façam depois. (NÓBREGA, 1988, p.72)

Êstes entre os quais vivemos estão espalhados 300 milhas (segundo nos parece) pelo sertão; todos eles se alimentam de carne humana e andam nus; moram em casas feitas de madeira e barro, cobertas de palhas ou com cortiças de árvores; não são sujeitos a nenhum rei ou capitão, só têm em alguma conta os que alguma façanha fizeram, digna do homem valente, e por isso comumente recalcitram, porque não há quem os obrigue a obedecer; os filhos dão obediência aos pais quando lhes parece, finalmente cada um é rei em sua casa e vive como quer; pelo que nenhum ou certamente muito pouco fruto se póde colher deles, se a fôrça e o auxílio do braço secular não acudirem para domá-los e submetê-los ao jugo da obediência. (ANCHIETA, 1988, p. 55)

Esses trechos nos possibilitam concluir, com mais precisão, que as diferenças entre os dois povos eram visíveis, bem como perceber nessas passagens que os portugueses, assim que chegaram ao Brasil, procuraram estabelecer locais para rezar e ir edificando suas igrejas a fim de evangelizar os índios.

A partir do exposto, fica claro que as informações da colônia eram frequentemente passadas à Coroa portuguesa, portanto o rei podia ter conhecimento acerca do andamento das missões colonizadoras no Novo Mundo bem como das características das terras brasílicas.

Remetendo-nos ao processo colonizador português, cumpre destacar como estratégia primordial a catequese. Segundo afirma Paiva (2006), a catequização se fez sempre acompanhada da colonização. Afinal, como conquistar aquela região sem aproximação com o povo, desconhecendo a língua local – o tupi – e sua cultura? Podemos, desta forma, considerar que nesta empreitada os jesuítas tiveram um papel essencial, pois com a religião iriam paulatinamente conquistar aquele povo, colonizar a região e ao mesmo tempo difundir o catolicismo entre os indígenas.

Como dito anteriormente, a língua foi uma grande barreira encontrada pelos jesuítas para essa aproximação. De início, Nóbrega e os demais comunicavam-se com os gentios com o auxílio de Diogo Álvares Caramuru, conforme salienta Eisenberg (2000). Caramuru, nativo daquele território, contribuiu provisoriamente para esse contato. Entretanto, aos poucos os padres foram aprendendo o tupi e ensinando o português aos índios que, conseqüentemente, começaram a se interessar pelas pregações daqueles padres. Neste sentido, destaca Eisenberg (2000):

Assim que os jesuítas começaram a aprender a língua tupi eles notaram que os nativos passaram a mostrar algum interesse em suas pregações. Os índios Tupi tinham grande respeito pelos membros de sua comunidade que demonstravam habilidades retóricas, a quem eles chamavam de “senhores da fala”. O domínio da oratória, portanto, tornou-se um possível caminho para os padres conquistarem alguma autoridade perante os nativos (EISENBERG, 2000, p. 70).

Para criar essa certa intimidade com a língua típica brasileira os missionários compuseram gramáticas das quais a primeira da língua tupi foi a chamada *Artes da Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, escrita pelo Padre José de Anchieta. A composição dessa gramática e das demais que foram surgindo possibilitou que portugueses e índios passassem não somente a conhecer a língua em si, mas também a compreender melhor os hábitos e costumes de cada um.

Embora a língua fosse um grande desafio, este vinha sendo superado por meio dessas gramáticas e outros instrumentos; porém a conversão do gentio não foi um processo tranquilo, pacífico, pois muitos viam com maus olhos aqueles europeus recém-chegados e prontos a “transformar” os hábitos deles.

A aproximação entre jesuítas e índios foi acontecendo aos poucos e de forma muito bem pensada e elaborada. Percebe-se, neste sentido, que os padres da Companhia foram dando vida a estratégias que contribuíssem para a conversão do gentio aos “moldes” desejados por eles, fiéis ao catolicismo e adeptos dos costumes europeus. Nóbrega e seus seguidores iniciaram, portanto, um intenso e profundo trabalho nessa empreitada do Novo Mundo.

As atividades jesuíticas voltavam-se, neste sentido, para a instrução dos gentios, e esse exercício foi assumindo uma grande importância, pois instruir os nativos significava apresentar-lhes uma nova forma de vida, uma moral civilizatória que até então não lhes era conhecida. A princípio não foi fácil instruir os gentios e convencê-los de que a fé católica era poderosa e de que os seus seguidores estavam protegidos de todos os males, e houve certa resistência dos nativos em aceitar os sacramentos cristãos; no entanto os padres eram persistentes em sua missão, mesmo enfrentando os mais diversos obstáculos, como se lê abaixo:

Assi andamos por outras aldeias, não sem pouco trabalho e desconsolação, por ver tão pouco conhecimento de Deus e gente tão indisposta e incapaz para receber a Fé, ainda que com sua rudeza mostra folgar de a ouvir e desejos de a receber. Também passamos muitos perigos por outras de feras, por caminharmos algumas vezes de noite, o que de dia, por alguns logares, é assaz perigo. (NAVARRO, 1988, p. 96)

Como foi exposto acima, a missão dos padres não era um exercício fácil de ser executado, pois os problemas, resistências e adversidades que encontraram ao longo de sua missão não foram poucos. Muitas vezes os gentios não se convenciavam com as explicações e rituais realizados pelos jesuítas, já que eles tinham outra cultura e crenças diferentes daquelas que estavam sendo apresentadas.

O problema é que os benefícios espirituais supostamente produzidos pela terapia do espírito não eram visíveis. Mesmo assim, eles insistiam que rituais cristãos como a extrema-unção traziam consolo para a alma, mesmo que a saúde do doente não apresentasse nenhuma melhora. Ou seja, os jesuítas tinham que convencer os índios de que os rituais de sua fé trariam mais saúde para suas almas do que os cantos e objetos mágicos do pajé. Na prática, isso significava convencê-los a participar dos sacramentos cristãos ministrados pelos jesuítas: batismo, casamento, eucaristia e confissão. (EISENBERG, 2000, p.82)

Vários obstáculos os jesuítas enfrentaram no Novo Mundo, pois encontraram um povo que, para eles, vivia constantemente no pecado e estava embebedado por maus hábitos, que deveriam ser, necessariamente, mudados por meio da luz divina. Havia alguns costumes indígenas que muito incomodavam os padres, como, por exemplo, o canibalismo e a poligamia.

O canibalismo era tido como um pecado muito grave e, segundo Eisenberg (2000), os jesuítas abominavam essa prática, apesar de saberem que esse ato era um ritual em situações de guerra, ou seja, representava uma comemoração do índio diante uma grande vitória numa batalha. Quanto à poligamia, Nóbrega tentou, de várias formas, convencer os índios de que deveriam ter apenas uma mulher e que, embora os jesuítas não pudessem casar, os gentios poderiam, sim, contrair casamento, mas deveriam ter e viver no regime de monogamia.

Assim, podemos considerar que o contato entre os jesuítas e os índios resultou, verdadeiramente, em um grande aprendizado para ambos os povos, não obstante as particularidades de cada um. Se por um lado os índios iam assimilando o modo europeu de vida, por outro os brancos passavam a conhecer uma nova língua, a qual tiveram de aprender, adaptando-se a ela.

Podemos, dessa forma, dizer que a colonização nas terras brasílicas, no decorrer do século XVI, deu vida a uma cultura brasileira, aos hábitos e costumes que começaram a se desenvolver na região. O intenso trabalho dos discípulos de Loiola e a dedicação em estabelecer o catolicismo entre os índios caracterizaram os primeiros anos da presença jesuítica no Novo Mundo e, certamente, marcaram os primeiros anos da história do Brasil.

O elemento religioso foi levado por todas as missões desses padres. Dentre os padres que agiram em território brasileiro, cumpre destacar dois aos quais está diretamente ligada a consolidação das primeiras fundações do Brasil e que por isso fazem parte fundamental do contexto histórico brasileiro: Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570) e Padre José de Anchieta (1534-1597).

Talvez caiba aqui uma analogia para podermos identificar a importância desses jesuítas para o território brasileiro. Diremos então que Manoel da Nóbrega e José de Anchieta estão para o Brasil como Simão Rodrigues está para Portugal. A imagem de Rodrigues está ligada diretamente à fundação e edificação da província jesuítica portuguesa, e Nóbrega e Anchieta, por sua vez são, indiscutivelmente, os personagens primordiais para se contar a história dos jesuítas nas terras do Novo Mundo.

Nóbrega é o primeiro jesuíta de destaque no Brasil, pois chegou juntamente com a expedição de Tomé de Souza em 1549 e fundou nesse mesmo ano a primeira casa da Companhia de Jesus em terras brasileiras. Segundo Fernandes (1980), este padre pode ser considerado como a primeira figura política do tempo, tendo lutado bravamente pelo progresso dessa região.

Por outro lado José de Anchieta, na mesma proporção de Nóbrega, trazia consigo o desejo de organizar e trazer benefícios para aquele povo. Conforme entendimento de Fernandes (1980), Anchieta foi o mais admirável educador daquele período. Aprendeu a língua dos indígenas, compôs hinos e poesias e, junto com Nóbrega, ficou conhecido como um dos pacificadores, conforme lembra o autor.

Logicamente, muitos outros padres vieram para o Brasil e também deram sua especial contribuição ao desenvolvimento dessa região. Segundo Gonzaga (1925), durante o I Congresso Internacional de História da América, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1922, foi salientada a importância da missão jesuítica no Brasil. Na ocasião, além de Nóbrega e Anchieta, destacaram outros nomes considerados baluartes da missão no Novo Mundo, entre eles Azpilcueta Navarro, Francisco Pinto e Antonio Vieira.

Assim como em Portugal, os jesuítas que aqui estavam preocuparam-se em fundar colégios, ação já determinada pela Companhia de Jesus. Segundo esclarece Gonzaga (1925), o jesuíta desempenhou um duplo papel no Brasil do século XVI. Primeiramente ele foi educador, ou seja, mestre da inteligência e, por último, foi um formador de caráter. Neste sentido, pode-se dizer que por muitos anos o Brasil não conheceu outros mestres que não os jesuítas. A educação jesuítica, a pedagogia e as estratégias de ensino desses padres serão especificadas na próxima seção.

SEÇÃO II

A EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS

3. A EDUCAÇÃO, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E INSTRUÇÃO NA SOCIETAS IESU.

3.1 EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS: IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS

As atividades educacionais não figuravam entre os primeiros propósitos da Companhia de Jesus. De início podemos dizer que a catequização e evangelização norteavam os caminhos da ordem jesuítica, porém a educação veio a tornar-se uma das principais atividades exercidas por aqueles padres. Por que isso teria acontecido? Como uma ordem religiosa tornou-se tão importante para a educação, marcando fundamentalmente a história da pedagogia?

Para responder a essas indagações tomaremos como ponto de partida a missão evangelizadora da Companhia, pois por meio desse processo e de suas obras apostólicas a Companhia deu os primeiros passos no campo da educação.

Diante de povos desconhecidos, de culturas e línguas diversas, os seguidores de Inácio de Loiola viam na educação o meio de aproximar-se dos infiéis e disseminar o catolicismo pelas mais diferentes regiões do mundo. A propósito, a nosso ver, “ensinar” a religião fez dos jesuítas grandes “educadores” e conhecidos até os dias de hoje e o que, explica a constante referência que é feita a eles na maioria dos manuais de história da educação.

O primeiro objetivo da educação jesuítica era o de imbuir o homem das verdades cristãs, buscando mantê-lo longe das injustiças, bem como das heresias e pecados existentes na sociedade. Logo, a tentativa era que o homem formasse seu espírito com base na doutrina cristã e com a alma voltada para o bem comum.

A educação jesuítica, segundo Luzuriaga (1978), embebeu-se das idéias e métodos da educação humanista¹², não somente recorrendo aos idiomas clássicos, como cultivando o próprio espírito humanista, marcado pela independência de pensamento, pela característica investigativa e por uma posição altamente crítica.

Longe de desconsiderar o ideal da ordem fundada por Inácio de Loyola, a educação e o ensino foram tomando proporções consideráveis, mas logicamente ambos estritamente relacionados ao fim religioso proposto pela Companhia. Assim, vale dizer que na pedagogia jesuítica a instrução e a educação caminharam juntas, não deixando encoberto o fato de que a ordem de Loyola era uma sociedade absolutamente religiosa – *Societas Iesu* – e que se utilizava da ciência do ensino como instrumento para promover a verdadeira religião, conforme reconhece Rodrigues (1917).

A educação jesuítica possui características bem específicas e, ao longo da história, foi sendo discutida por ser uma pedagogia bem desenvolvida para aquele século XVI. Os primeiros cuidados com a educação foram abordados na IV Parte das Constituições, porém a pedagogia inaciana acabou ganhando um método próprio e foi regulada, como já vimos, por um plano de estudos que ficou conhecido como *Ratio Studiorum*. Nesse plano, mesmo com data de publicação posterior à fundação dos primeiros colégios, os métodos ali propostos já vinham sendo aplicados e colocados em prática no interior das escolas jesuíticas, tornando-as singulares em sua metodologia de ensino.

A disciplina, por exemplo, era um fator determinante e básico em todos os colégios fundados pela Companhia de Jesus. Segundo Luzuriaga (1978), a disciplina era estruturada em cima da emulação e competição, sendo cobrada e estimulada de várias maneiras. Afirma esse autor que:

¹² O Humanismo está ligado ao desejo dos renascentistas de resgatar a antiguidade clássica. A educação, nesse sentido, também segue esses preceitos, sendo, portanto, propostas novas leituras de autores como Sêneca e Cícero, por exemplo. Alguns humanistas merecem destaque nesse século XVI, como, por exemplo François Rabelais (1483-1553) e Erasmo de Roterdã (1466-1536).

A disciplina se baseava na emulação e na competição, fomentadas de vários modos: individualmente, tendo cada aluno um êmulo com quem competir, e coletivamente, dividindo-se as classes em dois grupos rivais, com denominações próprias. Fomentava-se igualmente a emulação entre escolas, por meio de exames, certames, discussões, etc. Com isso se despertava o sentimento de competição e do amor-próprio (LUZURIAGA, 1978, p. 119).

Outra característica que merece ser destacada é o fato de a educação jesuítica ser ampla, talvez completa. O adjetivo *completo* deve-se justamente à preocupação em “moldar” o homem em todos os seus aspectos, preocupando-se, dessa forma, com uma educação integral, que envolvia não somente o intelecto, mas também o físico, o ético e moral. Enfim, era uma educação voltada a lapidar o jovem de modo a transformar-se naquilo que se acreditava ser o ideal para a convivência no interior da ordem religiosa inaciana.

Vale considerar, na pedagogia jesuítica, outro aspecto particular da Companhia: a obediência. A própria Constituição, escrita pelo fundador, traz em suas linhas, especificamente em sua sexta parte, a importância de ser obediente e fiel aos ensinamentos e normas da Ordem. Podemos, portanto, dizer que a educação jesuítica amparava-se também na obrigação do cumprimento dos deveres, conforme salientam as Constituições (2004):

Tenham diante dos olhos a Deus Nosso Criador e Senhor, por quem se obedece, e esforcem-se por proceder em espírito de amor, e não com a perturbação do temor. E assim, estimulemo-nos todos por não perder ponto algum de perfeição, que com a graça divina possamos atingir na inteira observância de todas as Constituições e no nosso modo de proceder, em Nosso Senhor. Muito especialmente apliquemos todas as forças na virtude da obediência ao Sumo Pontífice em primeiro lugar, depois aos Superiores da Companhia, de forma que em todos os domínios onde com caridade pode estender-se a obediência, estejamos disponíveis à sua voz, como se ela viesse de Cristo Nosso Senhor (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 161).

Os alunos deveriam ser disciplinados de acordo com as Constituições, o *Ratio Studiorum* e também alguns estatutos particulares dos colégios e universidades. Segundo expõe Rodrigues (1917), a aula iniciava todos os dias com uma pequena oração, na qual tanto os discípulos – alunos – como os mestres,

deveriam ficar ajoelhados no chão e de cabeça coberta. Esses exercícios religiosos, assim como outros que eram praticados no interior dos colégios, deveriam ser realizados e cumpridos pelos estudantes, quer por obrigação quer por amor e devoção. Vale ressaltar, no entanto, que o não-cumprimento dessa prática, não levaria o aluno à expulsão, conforme argumenta Rodrigues (1917).

Expostas algumas regras disciplinares, não poderia ficar de fora a menção aos castigos. O *Ratio Studiorum* recomendava em suas linhas gerais que os mestres deveriam ser firmes e mantenedores da ordem, para isso poderiam utilizar como instrumento disciplinar o castigo. Segundo Rodrigues (1917), o castigo corporal era muitas vezes utilizado, tendo em vista que nem sempre a repreensão verbal era suficiente.

Loiola escreveu nas Constituições que se não bastassem boas palavras para corrigir o aluno, este deveria ser submetido a castigo, o qual deveria aumentar gradativamente, porém se deveriam evitar excessos nessas penas. Conforme é ressaltado no próprio *Ratio*, os castigos não deveriam ser aplicados pelos jesuítas, havia um oficial de fora, chamado de Corretor, o qual seria responsável pela punição daqueles que de fato o merecessem (Franca, 1952). Sobre essa forma disciplinar expõe Rodrigues (1917):

Ora o uso do castigo para a educação não o inventou a Companhia de Jesus, antes o suavizou com a sua pedagogia maternal. Quando ella abriu escolas já era popular o annexim: letra com sangue entra, e eram bem conhecidos os excessos que deram assumpto curioso as satyras de Erasmo que delles fora victima no Collegio de Montaigu. Neste mesmo collegio teve S. Ignácio conhecimento e talvez foi testemunha ocular daquelles rigores de educação, que lhe ficaram na memória mas para os dulcificar na sua pedagogia (RODRIGUES, 1917, p. 31).

Enfim, inúmeras características marcaram a pedagogia jesuítica, valendo evidenciar, diante ao exposto, que a educação foi um fator bem cultivado e administrado pelos jesuítas e que suas normas e determinações eram cuidadosamente seguidas e respeitadas. Diga-se de passagem, a Companhia tratou de ir fundando colégios em cada local ou povoado em que aportavam.

Dessa forma, podemos afirmar o considerável e representativo sucesso que a educação foi conquistando ao longo da existência da Companhia de Jesus.

3.2 OS COLÉGIOS DA COMPANHIA DE JESUS – FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Apesar de merecerem destaque, os colégios, bem como a atividade educacional desenvolvida pela Companhia, não faziam parte dos planos iniciais de Inácio de Loyola, como afirmado no início deste capítulo; entretanto a ordem religiosa em questão enveredou por essa vertente e a própria história, desde o século XVI – século de fundação dos primeiros colégios – nos apresenta diversos colégios fundados pelos jesuítas, colégios de grande destaque e fundamentais para o desenvolvimento e solidificação da *Societas Iesu*.

Em 1548 foi fundado na província italiana de Messina – região da Sicília – o primeiro Colégio clássico da Companhia plenamente organizado. Foram enviados muitos padres para compor o corpo docente, no qual havia italianos, espanhóis, franceses e alemães, dos quais a grande maioria tinha formação na Universidade de Paris¹³. Destaca-se, portanto, que Paris foi o modelo utilizado pelos padres na organização desse primeiro colégio.

O *modus parisiensis*¹⁴ como ficara conhecido, passou a ser seguido deliberadamente pelos jesuítas, no intuito de atribuir características próprias ao ensino daquela instituição, e em 1548 Nadal escreve a Inácio dizendo que se tornava necessário abrir mais uma aula de gramática, tendo-se em vista o

¹³ A Universidade de Paris foi fundada em 1170, portanto estamos falando de uma das instituições de ensino mais antigas da Europa. Paulatinamente, a Universidade foi atraindo estudantes de diversas partes do mundo cristão e o grande intelectual responsável por essa expansão foi Abelardo, grande filósofo e teólogo do século XII. Nesta instituição formaram-se grandes nomes na Filosofia, Teologia e outros ramos do saber, por exemplo, grandes mestres da Companhia de Jesus, como o próprio fundador.

¹⁴ O chamado *modus parisiensis* é um conjunto de normas e regras pedagógicas que caracterizavam a educação e ensino parisiense, conferindo-lhe, dessa forma, uma personalidade única e original.

grande número de alunos que passara a frequentar o Colégio de Messina, conforme expõe Franca (1952).

Em decorrência dessa primeira experiência - positiva, aos olhos de Franca (1952), datam de 1551 os primeiros registros de um plano de estudos que seria enviado a Roma e de lá seguiria para os demais colégios que viriam a ser fundados. Certo tempo depois, muito provavelmente no ano seguinte, Nadal terminou o seu tratado intitulado *De Studio Societatis Jesu*, no qual estava a organização completa dos estudos, desde as classes de gramática até as faculdades superiores de caráter universitário (Franca, 1952).

Em 1549, foi a cidade de Palermo que pediu a Inácio a fundação de um colégio. Em pouco tempo o pedido foi atendido e já se abriram aulas de gramática frequentadas por cerca de 160 alunos, nas quais se aplicava basicamente o método de Messina.

A exemplo das outras cidades, Roma também contou com um colégio, o qual, segundo o projeto de Inácio, serviria posteriormente como um centro-modelo de outras instituições, pois considerava Roma o local adequado para isto, por ser aquela cidade o centro da cristandade (Franca, 1952). Essa instituição seria modelo e prepararia futuros professores, passando-lhes os melhores métodos e colocando-os em contato com os educadores mais distintos.

Em 1551, graças a uma doação do nobre espanhol Francisco Borja (1510-1572), concretizava-se o desejo de Inácio: era fundado o Colégio Romano. Lá se encontrava o primeiro Reitor, Pelletier, pouco depois substituído por Bernardo Olivier. O colégio obtinha êxito e, antes de completar um ano de existência já contava com mais de 300 alunos. o que exigiu que se encontrasse um lugar mais amplo para dar continuidade ao seu funcionamento. O Colégio Romano expandiu-se de forma grandiosa e em 1587 já contava com dois mil alunos.

Conforme informa Franca (1952), o corpo docente do colégio era muito bem escolhido e o critério único exigido por Inácio era eficiência e competência.

Quanto ao plano de estudos, adotou-se de início o que já vinha sendo utilizado em Messina:

Logo nos primeiros anos, encontramos entre os seus professores, nomes de primeiro valor, como Ledesma, Emanuel Sá, Perpiniani, Gagliardi, Frusius, Ribadeneira, Cardulo, Olave Costa, Baltasar de Torres e outros. Mais tarde, ainda, porém, no primeiro meio século de sua existência que precedeu a elaboração definitiva do *Ratio* ilustraram as suas cátedras os mestres insignes de reputação universal, que se chamaram Belarmino e De Lugo, Suarez e Vasquez, Toledo e Clavio, Cornélio a Lapide e Mariana (FRANCA, 1952, p. 4).

Após a construção dos primeiros estabelecimentos de ensino, podia-se apreciar a sucessiva fundação de diversos outros colégios, porém, no entendimento de Franca (1952), Loiola procurou evitar e controlar a criação de novos estabelecimentos, para que se mantivesse o nível de qualidade dos já fundados, os quais haviam adquirido notoriedade nas diversas regiões do mundo.

Mesmo com esta disposição de Inácio, muitos colégios foram sendo fundados ao longo dos anos. Franca (1952) destaca que quando o religioso da Companhia faleceu, esta já contava com colégios na Itália, Áustria, Espanha, França, Portugal e Boêmia, perfazendo um total de 33 colégios em plena atividade e outros 6 que estavam sendo consolidados. Ademais, outro destaque mereceu ser ressaltado pelo autor: no final do século XVI os colégios dirigidos pelos jesuítas já somavam 293.

Em face do crescimento e da estabilidade que os colégios da Companhia vinham tendo, cumpre tecer neste momento algumas considerações acerca da formação do futuro membro da Ordem inaciana. As Constituições escritas por Loiola regulamentam em suas linhas a formação desse futuro jesuíta, bem como salientam os verdadeiros objetivos daqueles colégios, conforme segue:

O fim que a Companhia tem diretamente em vista é ajudar as almas próprias e as do próximo a atingir o fim para o qual foram criadas. Este fim exige uma vida exemplar, doutrina necessária, e maneira de a apresentar. Portanto, uma vez que se reconhecer nos candidatos o requerido fundamento de

abnegação de si mesmos e o seu necessário progresso na virtude, devem-se procurar os graus de instrução e o modo de utilizá-la para ajudar a melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e Senhor.

Para isso a Companhia funda colégios e também algumas universidades, onde os que deram boa conta de si nas casas e foram recebidos sem os conhecimentos doutrinários necessários possam instruir-se neles e nos outros meios de ajudar as almas (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 117).

A pedagogia de Loiola baseava-se, portanto, interinamente no Evangelho de Jesus Cristo, e os colégios jesuíticos só poderiam ser locais onde iriam se formar homens com caráter profundamente cristão. Segundo Rodrigues (1917), a Companhia, tomada pelo aspecto educativo, primava sobretudo pela religião, pois o Superior e os demais membros da ordem tinham a plena convicção de que a educação e o conhecimento, sem uma sustentação religiosa, representariam um perigo para a sociedade.

Vale considerar que, em princípio, os colégios jesuíticos abriram suas portas somente para os que se tornariam membros da ordem inaciana, entretanto, até como meio de garantia de solidificação da religião, permitiram o ingresso dos chamados jovens externos, com a justificativa a seguir:

Tendo em vista que os nossos colégios não devem ajudar a instruir-se nas letras e nos bons costumes só os próprios escolásticos, mas também os de fora onde convenientemente se puder fazer, instituem-se aulas públicas ao menos de estudos humanísticos, e mesmo de estudos superiores, conforme as possibilidades que houver nas regiões onde se encontram tais colégios, tendo sempre em vista o maior serviço de Deus Nosso Senhor. (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 131).

Para os futuros jesuítas, esses alunos deveriam ser animados não somente pelo desejo e curiosidade do saber, mas também pelo fato de estarem se aperfeiçoando como instrumentos da glória de Deus, conforme relata Rodrigues (1917). Logo, deveriam preparar o espírito para fazer boas obras em prol da humanidade e, ainda aprofundar-se na virtudes e letras, embora sem excessos:

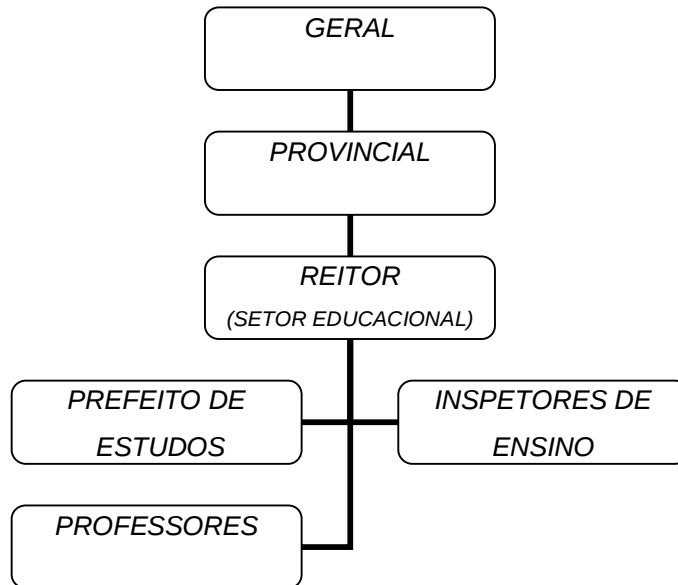
A pureza de alma, que tanto favorece o estudo com o sossego do espírito e limpidez das faculdades, hão de conservá-la

ilibada e procurar que no fervor dos estudos não arrefeça o amor da piedade. De tal modo porém devem progredir estes dois empenhos na virtude e letras, que para nenhuma parte haja excesso. É a regra tanta vez inculcada por S. Ignácio de se guardar em tudo o justo meio, para que melhor se aproveitem as forças e se lhes não diminua a duração. Por isso durante a carreira escolar nem as devoções serão excessivas, nem as mortificações muito rigorosas, nem as orações demasiadas, mas ter-se-há o devido cuidado com a saúde, o repouso necessário e a conveniente recreação (RODRIGUES, 1917, p. 18).

Por outro lado, os alunos ditos “externos” não concorreriam a uma cadeira na Companhia de Jesus, porém não estavam privados de receber uma educação altamente religiosa e sólida e, no entendimento de Rodrigues (1917), eles estariam envolvidos por uma atmosfera muito leve e natural, na qual iriam, dia a dia, embebendo-se dos princípios inacianos e consolidando os valores morais e éticos.

Segundo Monroe (1958), a organização dos colégios jesuíticos era algo admirável e, talvez essa tenha sido uma das fórmulas que levaram ao sucesso dessas instituições, por isso tem relevância quando se aborda a história da pedagogia nos manuais de História da Educação.

Em face a essa singularidade em termos de organização que os colégios da Companhia apresentaram ao longo de sua existência, consideramos conveniente trazermos em seguida, o organograma que especifica a organização administrativa da Companhia de Jesus, de forma a compreender e melhor visualizar o aparelho que comandava a ordem fundada pelo espanhol Inácio de Loiola:



A Companhia estava dividida em províncias administrativas, presididas por um Provincial que, por sua vez, estava ligado ao Geral. No setor educativo, como pode ser visualizado na figura, está representado o Reitor (presente em diversos colégios). Este era a figura central do colégio: distribuía os ofícios, convocava e dirigia as reuniões dos professores, presidia as grandes solenidades escolares. Vale considerar ainda que o Reitor exercia também, em seu colégio, a autoridade mais alta e agia como um verdadeiro administrador da vida dos padres.

O Reitor era subordinado ao Provincial, porém nomeado pelo Geral, conforme relata Monroe (1958). Entre suas funções no que diz respeito aos colégios, o Provincial responsabilizava-se por nomear o Prefeito de Estudos, zelar pela formação de bons professores, promover os estudos na sua Província, exercer alta vigilância sobre as normas propostas pelo *Ratio* e propor ao Geral as modificações sugeridas pelas circunstâncias (Franca, 1952).

Logo abaixo do Reitor estava o Prefeito de Estudos, que era o braço direito do Reitor nas orientações pedagógicas. Homem de larga experiência, acompanhava prontamente toda a vida escolar, visitava periodicamente todas as aulas, formava e aconselhava os novos professores. No mesmo patamar dos prefeitos estavam os inspetores de ensino, os quais eram escolhidos pelo

Provincial. Em última instância encontrava-se o professor, que estava subordinado ao Reitor e ao Prefeito de Estudos.

Devido a essa organização, havia entre os membros do colégio uma fiscalização, ou seja, o trabalho do outro era vigiado. Isto foi visto positivamente, já que, no entendimento de Monroe (1958), era uma forma de obter bons resultados, os quais não foram vistos em outras escolas daquela época.

Assim, foi dentro dessa organização que se iniciaram os primeiros cursos dentro dos colégios. Na carreira de estudos, conforme salienta Rodrigues (1917), eram três os cursos: Humanidades (latim, grego, gramática), a Filosofia ou Artes e, por último, a Teologia.

O latim era o centro do curso de Humanidades e com ele se ensinava o grego, a língua pátria, a história. O ensino do latim ampliava a compreensão em outras frentes, como, por exemplo, o entendimento dos autores clássicos, como relata Rodrigues (1917).

Neste sentido, Rodrigues destaca que “[...] o curso começava pela Gramática latina e subia pelos três degraus: a gramática ínfima, média e suprema, dela passava à classe de Humanidades e terminava com a Retórica” (RODRIGUES, 1917, p. 43). Nas aulas de gramática ínfima aprendiam-se rudimentos da Arte, nas quais se abordavam regras gerais de sintaxe latina e princípios da língua grega. Já na classe de gramática média, o objetivo era conhecer esta como um todo, de maneira suficiente, não buscando, porém, a perfeição. Nas aulas de suprema gramática tinha-se em vista obter elegância.

Quanto às aulas de Humanidades, essas tinham por finalidade a obtenção da eloquência, por meio de uma breve compreensão acerca da retórica, bem como do conhecimento da língua, na qual os alunos buscavam o aperfeiçoamento do vocabulário. A classe de Retórica tinha como intuito formar perfeitos oradores, conforme salienta Rodrigues (1917). O objetivo aqui era formar os alunos na arte da poesia, assim lhes eram apresentados preceitos aristotélicos e também de Cícero.

O outro curso dentro da carreira de estudos era o de Filosofia, o qual se encontrava amparado na proposta de ser ministrado com base em uma linguagem pura, bons pensamentos e raciocínio legítimo. Nesse sentido, pode-se dizer que a intenção deste curso era a formação científica da inteligência (RODRIGUES, 1917). Nessas aulas, embasadas nos autores propostos pelo *Ratio*, eram ensinadas as matérias de lógica, física e também as ciências naturais.

Abordaremos em seguida o curso de Teologia, porém antes vale considerar que todos esses cursos ora apresentados visavam preparar os alunos para o estudo da Teologia. Nessa perspectiva:

Se a Companhia de Jesus não criar insignes historiadores, físicos, astrônomos poder-se-lhe-há talvez encontrar desculpa, mas se não apresentar bons teólogos, não cumpriu a sua missão de ensinar (RODRIGUES, 1917, p. 60).

Em rigor, a doutrina teológica utilizada era a de São Tomás de Aquino (1225-1274), considerada a mais sólida e segura, e a metodologia era a mesma já vista no curso de Filosofia. Conforme Rodrigues (1917), o curso perfazia um total de quatro anos de duração, porém o estudante que mostrasse mais aptidão e apresentasse características que o pudessem levar a ser lente¹⁵ nos colégios ou universidades receberia mais dois anos, tempo no qual aprofundavam e ampliavam os conhecimentos, alcançando a erudição.

Diante do exposto, fica evidente o cuidado da Companhia de Jesus para com a formação dos jovens, preocupando-se em cultivar o espírito do bem paralelamente com um conhecimento vasto e erudito. Assim, neste momento, podemos partir para a abordagem de algumas estratégias pedagógicas usadas no interior dos colégios da ordem inaciana, destacando os objetivos inerentes a estes.

A priori, falaremos sobre a emulação. O que vinha a ser emulação? Com qual intuito era incentivada dentro dos colégios jesuíticos? A emulação nada mais

¹⁵ O termo “lentes” é empregado no sentido de professor, no caso, de Teologia, tratando-se de pessoas que mereceram destaque, dentre outras que frequentavam os colégios da Companhia.

era do que a competição. Esse princípio foi utilizado constantemente nessas instituições, objetivando estimular o espírito de competição entre os jovens. Contudo, cabe esclarecer aqui, conforme evidencia Rodrigues (1917), que ao falarmos de competição estamos salientando algo saudável, legítimo, pois não havia violência ou disputas excessivas, tratava-se, sim, de competições em forma de torneios escolares, sessões literárias e outras atividades e iniciativas:

Não falamos da emulação desregrada que alimenta as paixões viciosas, accende a ira e instiga a vingança, mas daquela emulação que o *Ratio Studiorum* chama honesta aemulatio, nobre emulação, que apresente aos olhos, para seguir-se, não a honra vã, mas o sentimento da honra verdadeira que tem sido em todos os séculos móvel de heróicos accommettimentos (RODRIGUES, p. 68, 1917).

Nas linhas gerais que constituem o *Ratio*, pode-se verificar que a emulação a princípio foi contestada, porém logo a Companhia tratou de justificar as vantagens dessa prática: “Na justa emulação, a boa moral recomenda que não se queira sobrepujar, no rival, o homem, mas o bem por ele praticado e assim se realiza um bem maior” (FRANCA, 1952, p. 40).

Depois de um breve relato acerca da emulação, a qual teve uma utilidade ímpar para a Companhia e, no entendimento de Rodrigues (1917), ocupou lugar primacial em seu método, trataremos agora de outro método usado na pedagogia jesuítica: o teatro.

O teatro, aplicado entre os ensinamentos jesuíticos, ia muito além de apenas representações, era sobretudo uma estratégia pedagógica empregada a fim de formar a moral e incutir a literatura entre os jovens, conforme salienta Rodrigues (1917). Esta atividade escolar passou a ocupar lugar de destaque e posteriormente foi inserida no *Ratio*, conforme relata Franca (1952).

A prática do teatro possibilitava aos estudantes o desenvolvimento de suas faculdades e, no entendimento de Rodrigues (1917), aprimorava as aptidões de cada um. Neste sentido destaca o autor:

Os jesuítas consideravam o teatro uma verdadeira instituição e a scena uma continuação da aula, da capella... o verdadeiro, o bello e o bom era o que elles se propunham fazer amar, misturando, já se vê, o útil com o agradável (RODRIGUES, 1917, p. 82).

O teatro, portanto, assumiu grande importância nos colégios, afinal representava também uma continuidade das atividades desenvolvidas em sala de aula. A utilização do teatro nos colégios fundados pela Companhia de Jesus e sua significativa importância na pedagogia jesuítica também foram retratadas por Franca (1952), conforme segue:

No século XVI, as composições representadas eram todas em latim, pouco a pouco, as línguas vivas entraram a substituí-lo até suplantá-lo de todo. O teatro escolar revestia as formas mais variadas, desde os simples diálogos, até as tragédias de grande estilo, passando pela comédia e entremeses, pelo drama litúrgico, pelos autos e representações de mistérios. Em todas elas inculcava-se a virtude e enalteciam-se as ações nobres e viris em prol das grandes causas. Realizavam-se estas representações, não raro com pompa vistosa e magnificência de indumentária, colgaduras, adornos e aparato cênico nas principais festas escolares, nas suas visitas de personagens ilustres, eclesiásticas ou civis, e na comemoração dos grandes acontecimentos da vida nacional (FRANCA, 1952, p. 43).

Mediante essas metodologias pedagógicas utilizadas pelos jesuítas, podemos observar que a Companhia imbuíu-se das estratégias e meios necessários para a formação literária e científica dos jovens alunos que frequentavam seus colégios. A emulação - presente também no *Ratio* e a utilização do teatro foram vistas como ferramentas para moldar o estudante em conformidade com a proposição inaciana, com o que se pretendia para o futuro jesuíta.

Até aqui, temos nos ocupado em relatar e detalhar a vida dos alunos, os métodos utilizados para formá-los, a administração e manutenção dos colégios, entre outras questões. Contudo, vale neste instante uma indagação: tendo os métodos definidos, os colégios organizados e os alunos predispostos a aprender, como reunir essa metodologia e aplicar essas aulas? Cabe então colocar em pauta a importância do papel do professor dentro da Companhia de

Jesus - afinal, como fazer essa máquina funcionar sem o seu operador principal?

Na pedagogia jesuítica, pode-se afirmar que o professor é fundamental, segundo Rodrigues (1917) - aliás, o bom professor, diga-se de passagem. A ordem inaciana foi concebida dentro do espírito reconhecedor da escolha de bons mestres à frente das aulas e colégios jesuíticos. Loiola, nas Constituições, já evidenciava que o professor deveria reunir qualidades e não ter incorrido em nenhum dos cinco impedimentos pressupostos para admissão, conforme descrito em seguida e relatado nas Constituições (2004). Em primeiro lugar, o professor não deveria estar afastado do grêmio da Santa Igreja, e não ter sido condenado em sentença pública ao disseminar a fé entre os infiéis. Outra disposição é que o mestre não poderia ter sido homicida ou declarado infame por crimes de muita gravidade. Em terceira instância, era vedado pelo fato de, porventura, ter pertencido a outra ordem religiosa, pois ele estaria, de certa forma, “contaminado” por outros princípios. Mais uma condição é que o professor não deveria estar casado ou ter algum tipo de envolvimento nesse sentido e, por último, que não tivesse alguma enfermidade mental ou predisposição para tal.

Ao satisfazer essas exigências o candidato estaria pronto para assumir um lugar junto aos colégios da ordem inaciana. Além disso, o professor admitido deveria ser uma pessoa disposta a tornar-se “operário competente da vinha de Cristo Nosso Senhor, pelo seu exemplo e doutrina” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 120).

Diante do que foi exposto, é admissível considerar que o professor desempenhava um papel de importância e de respeito nos colégios fundados pela ordem inaciana. Nessa perspectiva, ressalta Rodrigues (1917):

É um fato comprovado pela história que a Companhia de Jesus procurou satisfazer as intenções do fundador e atribuiu em todo o tempo decidida importância à formação dos professores que em seus colégios haviam de ensinar e educar a juventude (RODRIGUES, 1917, p. 90).

Dentro dessa mesma perspectiva, enfatizando o papel do professor nos colégios jesuíticos, bem como a preocupação com a formação dos mestres,

Cabe aos jesuítas o merecimento de se haverem ocupado, por primeiro, da formação pedagógica dos professores, preludiando, assim, o ano de exercícios práticos e seminários de nossos dias. A Ordem exigia uma perfeita formação pedagógica. A Ratio, numa fina psicologia, recomendava que o professor tratasse a todos com bondade e justiça, inculcando o bom humor e a jovialidade. Era dever do professor ver, no aluno, uma criatura de Deus, que lhe fora confiada como um depósito sagrado, para guiá-la à perfeição do seu destino (FERNANDES, 1980, p. 60).

Segundo relata Rodrigues (1917), o professor, uma vez integrante do corpo docente dos colégios e imbuído da dignidade cristã, precisaria estar devidamente consciente de que o aluno deveria ser considerado como um depósito sagrado que lhe confiava Deus, a sociedade e a própria família.

Antes de colocar os professores frente a frente com as regras da pedagogia, ensinando-lhes a pôr em prática os métodos, eles teriam de passar pela primeira escola, que era o noviciado¹⁶. Nesta os professores faziam um trabalho voltado ao interior, no intuito de eles conhecerem-se a si próprios, adentrando nos mais íntimos dos sentimentos humanos, conforme ressalta Rodrigues (1917). Posteriormente, segundo já mencionado, os mestres estariam iniciando na pedagogia propriamente dita, conforme segue:

Mas é preciso também iniciar directamente os professores nas regras da pedagogia e ensiná-los a por em practica o methodo que hão de seguir. Quando se vem chegando o tempo de entrar no professorado, é ocasião de lhes dar lições que de propósito e mais proximadamente os disponham para o novo ministério. Por isso o homem experimentado na arte pedagógica deve consoante as leis da Companhia encarregar-se de instruir practicamente o novo professor acerca da maneira de dirigir com proveito a aula e de desempenhar a primor os vários encargos de um bom mestre (RODRIGUES, 1917, p. 94).

¹⁶ Por noviciado, entende-se pelo período de formação do religioso, precedente à emissão de seus votos.

Os colégios jesuíticos e toda a estrutura e membros envolvidos no processo (professor, reitor, prefeito de estudos, entre outros) integravam esse universo que a Companhia de Jesus colocou em prática naquele século XVI. Nessa configuração, consideremos que os colégios foram, antes de tudo, conforme destaca Marcilio (2005), centros de formação sacerdotal; contudo a organização administrativa evidenciava que os colégios eram mais que núcleos educativos, eles também administravam a vida dos padres em toda a sua amplitude.

3.3 OS COLÉGIOS DA COMPANHIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

3.3.1 OS COLÉGIOS NA METRÓPOLE PORTUGUESA

Conforme já mencionado em momento anterior, os jesuítas, ao chegarem a Portugal, foram bem recebidos pelo monarca D. João III e, após certo tempo nessa região, ganharam a primeira moradia, a qual viria a tornar-se a primeira casa de formação, que foi o mosteiro de Santo Antão. Essa instituição foi considerada a casa dos jesuítas, ou seja, nela viviam apenas os estudantes que ocupariam uma cadeira na Ordem de Santo Inácio de Loiola, os quais iriam à Universidade.

O então superior dos jesuítas em Portugal, Simão Rodrigues, recebia com satisfação os novos moradores, conforme afirma Rodrigues (1931a), e alegrava-se com o sucesso que a Companhia vinha conquistando entre os portugueses.

Em meio ao avanço que o mosteiro conquistara, à boa aceitação dos jesuítas naquelas terras lusitanas e ao crescimento da comunidade cristã, Mestre Simão Rodrigues, incentivado pelo fundador da Companhia, não deixava de preocupar-se com a fundação do Colégio de Coimbra, como relata Rodrigues:

No meio das lides incessantes da casa de S. Antão o cuidado que mais que todos ocupava o espírito do P. Simão Rodrigues, era a fundação do Colégio de Coimbra. Cedo lhe viera a ele e a Francisco Xavier o pensamento desta obra que se lhes afigurava de grande alcance. Decorrerá apenas um mês desde que Xavier pusera o pé em Lisboa, e já ele expunha ao P. Inácio a conveniência e facilidade convidativa de se estabelecer em Coimbra ao pé da Universidade um colégio da Companhia; que a boa aceitação que os padres encontravam em Portugal e a inclinação da gente do reino para as obras de piedade lhes davam bem fundadas esperanças de que seria empresa coroada de êxito feliz; entretanto porém que se lhes não deparava bom ensejo de falar ao rei nesta momentosa fundação, lhe rogava quisesse mandar-lhes instruções minuciosas sobre a ereção destes colégios [...] (RODRIGUES, 1931a, p. 302).

O rei português, na época D. João III, que apostava nos estudantes daquela ordem também nos membros que se encontravam em território lusitano, logo pediu que eles encontrassem um lugar apropriado para que fosse fundado um colégio. Em 1547, segundo Rodrigues (1931a), é que foram lançadas as primeiras pedras do que seria o Colégio de Coimbra¹⁷.

D. João III, convencido da importância da edificação desse colégio e imbuído do desejo de realizar, o quanto antes, essa obra, convocou, por meio de um alvará, todos os oficiais a participarem da construção do colégio. No entendimento de Rodrigues (1931a), muitas dificuldades foram sendo encontradas ao longo dessa grandiosa obra e até mesmo os vereadores de Coimbra lhe opuseram alguns embargos, porém o rei ordenou que continuasse o empreendimento, fato que descontentou muitos vereadores.

Em termos de obstáculos, a própria Universidade de Coimbra¹⁸ também procurou criar empecilhos à obra da Companhia, conforme segue:

¹⁷ No século XVI, a Companhia estabeleceu muitos colégios na metrópole portuguesa, dentre eles valem destacar: Colégio de Jesus de Coimbra (1542), Colégio do Espírito Santo de Évora (1551), Colégio de S. Antão de Lisboa (1553), Colégio das Artes de Coimbra (1555), Colégio de São Paulo de Braga (1560), Colégio de São Lourenço do Porto (1560), Colégio de Jesus de Bragança (1561), Colégio de São Manços de Évora (1563), Colégio de São João Evangelista da Madeira (1570), Colégio da Ascensão de Angra (1570), Colégio de Jesus de Angola (1575), Colégio da Purificação de Évora (1577), Colégio da Madre de Deus de Évora (1583), Colégio de Todos os Santos de Ponta Delgada (1591), Seminário de S. Patrício de Lisboa (1590) e Colégio de Sant'Iago de Faro (1599).

¹⁸ A Universidade de Coimbra fora fundada em 1290. Inicialmente, sua sede foi Lisboa e era conhecida pelo nome de Estudo Geral de Lisboa. Em 1536, depois de várias mudanças, foi

Como os religiosos viviam em aperto nas habitações que possuíam, ordenou o rei que, enquanto se não fabricasse o colégio novo com amplidão bastante a os agasalhar, se dessem ao reitor e colegiais do Colégio de Jesus sem aluguel nem renda nenhuma as casas da Universidade, em que pousara o reitor da mesma, antes que se passasse a habitar os paços do rei, e então moravam os lentes Manuel de Andrade e Manuel da Costa, e o escrivão do conselho universitário Diogo de Azevedo (RODRIGUES, 1931a, p. 414).

A Universidade, sem dúvida, não se conformava com tal determinação do rei, porém acabou tendo de ceder, sem embargos, às alegações feitas pelo monarca referindo-se às necessidades do colégio.

Após outros entraves, finalmente o colégio teve autorização para ser construído, por meio de uma bula, solicitada por Simão Rodrigues, a qual firmava a possibilidade de construir tal obra. Vale elucidar que a preocupação e a forte batalha travada pelo rei português a favor da edificação daquele colégio iam além do valor material, pois D. João III conhecia nitidamente o significado daquele colégio para Portugal. Pode-se concluir que o Colégio de Coimbra – finalmente fundado em 1542 - favoreceu, essencialmente, a Companhia em terras lusitanas.

Passados alguns anos da fundação do Colégio de Coimbra, o rei D. João III, em 1547, finca as edificações do Real Colégio das Artes. Desde o início, o referido colégio abre suas portas para receber a mocidade de Portugal. Foi então dirigido pelo pedagogo e humanista Mestre André de Gouveia (1497-1548), como relata Rodrigues (1938b).

Após cinco meses da fundação desse colégio, a morte do primeiro diretor abala as estruturas da instituição e, a partir de então, parecia que o futuro do colégio estava comprometido. O descrédito da população passou a ser evidente e intrigas e infâmias começaram a ser lançadas contra o colégio. Não bastasse o episódio infeliz do falecimento de Mestre André Gouveia, os inquisidores

definitivamente transferida para cidade de Coimbra. A Universidade de Coimbra abrangia os estudos nas Faculdades de Artes, Direito Canônico, Direito Civil e Medicina.

passaram a depreciar os costumes dos professores daquele estabelecimento. Enfim, em meio às constantes oscilações que o colégio vinha enfrentando, algum tempo depois o monarca lusitano decide passar o Colégio das Artes à administração da Companhia de Jesus. Nessa perspectiva, observa Rodrigues:

Mas como é que D. João III veio finalmente a esta resolução de mudar os professores do seu colégio, que fundara com tanto amor e generosidade real? Quem fosse o primeiro que aventou a idéia de o passar para as mãos da Companhia, não no-lo dizem claramente os documentos coevos. Mas o infante D. Luís é quem, antes de todas as personagens da corte, nos aparece envolvido nas negociações. Era tal sua afeição a Companhia, que não é inverossímil a conjectura de que lhe cabe a ele a iniciativa daquela mudança no Colégio das Artes (RODRIGUES, 1938b, p. 343).

Depois de ser entregue à administração da Companhia, o Colégio das Artes enfrentou ainda alguns empecilhos para a adaptação dos novos mestres. Entretanto, apesar disso, o número de estudantes, que era de aproximadamente 103 em 1556, subia para 168 em 1558, incluindo-se os alunos do Colégio de Coimbra (RODRIGUES, 1938b).

Outra instituição de ensino que merece destaque na história da Companhia de Jesus em Portugal foi a universidade edificada no Sul do país, na cidade de Évora. Este local foi, por certo período, residência oficial da corte, por isso foi considerada como o local mais recomendável para a fundação da segunda universidade em Portugal.

A idéia original da fundação desta instituição pertence a D. João III, porém os méritos de fundação e inauguração da Universidade de Évora cabem ao cardeal D. Henrique (1512-1580)¹⁹. Inicialmente foi fundado o Colégio do Espírito Santo, mas por trás disto havia a clara intenção do cardeal de edificar uma universidade, por isso ele solicitou a Roma que o colégio fosse então transformado em universidade.

¹⁹ Nascido em Lisboa, D. Henrique, irmão de D. João III, assumiu a carreira eclesiástica e foi nomeado cardeal pelo Papa Paulo III. Governou Portugal por pouco tempo, de 1578 a 1580. O curto reinado terminou sua dinastia, a Casa de Aviz. (<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/DomHenri.html>)

Após a aprovação do Papa Paulo IV, a Universidade de Évora foi finalmente inaugurada em primeiro de novembro de 1559, e conquistou o direito de lecionar todas as matérias, com exceção de Medicina, Direito Civil e parte do Direito Canônico, conforme lembram os próprios dados contidos no *site* da chamada UE²⁰.

Até o presente momento nos preocupamos, neste capítulo, em resgatar os principais colégios e universidades fundados em Portugal no decorrer da história da ordem inaciana nesse território, com exceção da Universidade de Coimbra, que fora fundada em momento anterior, mas se transferira para a cidade de Coimbra em 1536, vindo a marcar a história desse país.

Neste sentido, torna-se oportuno salientar que os colégios da metrópole possuíam formas particulares, as quais merecem destaque neste momento. Segundo afirma Lopes (1992), havia algumas fórmulas ou particularidades nos colégios da Companhia, conforme segue nos parágrafos posteriores.

A primeira destas diz respeito às casas que eram alugadas ou até emprestadas, nas quais os padres poderiam estudar e seguir as aulas na Universidade. No entendimento de Costa (2007), ao falar da segunda fórmula estaríamos nos remetendo à doação de D. João III aos padres, conforme descrito no início desta seção. Neste sentido, explica-se ainda a terceira fórmula, que seria uma consequência da anterior, pois também envolvia a doação de colégios para administração dos jesuítas com a presença somente de alunos internos, como foi o caso do Colégio de Coimbra.

A quarta fórmula evidencia o recebimento de alunos externos para conviverem com os internos, sendo que as primeiras experiências, conforme destaca Lopes (1992), deram-se em Gândia e Messina. Graças ao sucesso na formação dos alunos externos, tem-se então o que foi chamado de quinta fórmula, a qual tinha a função dúbia de formar alunos externos e internos. Não obstante, sua

²⁰ Para detalhes mais minuciosos acerca da edificação, bem como da história da Universidade de Évora, vale visitar o *site* oficial da universidade, por eles chamada UE. (<http://www.uevora.pt>)

finalidade principal seria a formação dos alunos externos, tornando-se assim o fundamento do ensino público.

A sexta fórmula consistia na fundação de colégios, mesmo que nesses não houvesse estudantes jesuítas. Conforme salienta Lopes (1992), parecia que, enquanto de início a prioridade eram os colégios internos, destinados a futuros jesuítas, agora a preferência recaía sobre os colégios externos, os quais ofereceriam o ensino à população em geral.

Os colégios da metrópole tinham suas particularidades e funcionavam baseados no código de ensino contido no *Ratio Studiorum*. Vale lembrar que os jesuítas faziam questão de seguir os ensinamentos contidos nesse código, porém os colégios da colônia enfrentavam uma realidade diversa daquela vivida em Portugal. Trataremos então de relatar no próximo item as experiências de colégios que tivemos no Brasil Colônia e a forma como os jesuítas lidaram com as disparidades brasileiras e portuguesas.

3.3.2 OS COLÉGIOS NA COLÔNIA

Os jesuítas aportaram em terras brasileiras em 1549, juntamente com a expedição de Tomé de Souza (primeiro governador geral), liderados pelo Padre Manoel da Nóbrega. A missão jesuítica no Brasil tinha o propósito de catequizar os gentios, bem como disseminar a religião católica entre o povo.

Desde que chegaram, os jesuítas estabeleceram em território brasileiro escolas de ler e escrever. Nessas escolas recebiam como alunos os pequenos índios e portugueses que habitavam a região. A educação era, para o jesuíta, uma forma de alcançar a virtude. Visava a uma formação que ia além da leitura e escrita, buscando formar o caráter e a moral, educar o corpo e a mente, em uma concepção integral do indivíduo.

Nessa perspectiva, podemos apontar que uma característica própria dos padres inicianos na América Latina era o fato de criarem escolas onde fossem fundados povoados, conforme ressalta Cabral (1925). Neste sentido, os colégios iam se consolidando, muitas vezes, juntamente com cidade, ou até mesmo a precediam, como aconteceu na cidade de São Paulo, por exemplo.

Assim como ocorreu na Europa, o Brasil, aos poucos, foi sendo contemplado com a fundação de colégios, no sentido mais tradicional do termo, ou seja, como pequenos internatos para a formação de futuros padres, conforme expõe Marcilio (2005). No entendimento de Paiva (2000), os colégios tornaram-se, na realidade, o grande objetivo dos jesuítas no Brasil, mas na verdade também podemos observar a mesma intenção na Europa, já que a educação passou a ser a característica marcante da ordem inaciana.

Com efeito, essa constância com que os colégios iam sendo fundados e, conseqüentemente, o número de estudantes ia crescendo nos leva a considerar que, de fato, o colégio assumiu um papel essencial para aquele contexto: o de formar o homem para atuar na sociedade em que vivia, um homem que não somente fosse letrado, mas também tivesse como fim a glória de Deus. Sendo assim, o Brasil, a exemplo da Europa, começou a formar os primeiros letrados, o que denota a importância e significado que o colégio assumiu para o Império Português.

Nos colégios que os jesuítas foram fundando ensinava-se a ler, escrever, contar e cantar, no entanto o mais importante, de fato, era educar o homem a fim de que esse estivesse ligado a Deus. Segundo Leite (1938a), esse ensino, de caráter primário, deveria ser avaliado como um prolongamento da catequese, já que o ciclo básico dos estudos jesuíticos compreendia três faculdades: Humanidades, Filosofia ou Artes (chamadas Ciências Naturais) e Teologia. Conforme Leite,

No Brasil, nos colégios propriamente ditos, devia haver, por direito, algumas aulas de ensino secundário, pelo menos de Gramática ou Humanidades. Fora dos colégios existiam nas

casas, espalhadas pelas capitanias, escolas de ler, escrever e cantar (LEITE, 1938a, p. 72).

Os colégios fundados pelos jesuítas variavam quanto ao número e qualidade das matérias (Cabral, 1925). Sendo classificados pelo autor em cursos superiores, médios e inferiores. Os altos estudos (superiores) contemplavam Filosofia e Teologia, já os estudos médios compreendiam gramática, humanidades e retórica. A base dessa cultura era o ensino das línguas clássicas, já que, para o fundador da Companhia, a língua era o instrumento apto para a conquista das almas, conforme ressalta Leite (1938a). Os estudos chamados inferiores davam-se nas aulas primárias, nas chamadas escolas de ler e escrever, nas quais, além desses conhecimentos básicos, também se ensinavam contas e se iniciavam as crianças na música vocal.

Diante do exposto, vale considerar que uma das preocupações dos jesuítas no Brasil, além da evangelização e catequização, era a criação de colégios, bem como a educação dos meninos, até mesmo os órfãos vindos de Portugal, conforme afirma Fernandes (1980). Nesta perspectiva, entende-se que os padres procuraram cumprir com essa missão, podendo-se ver sua dedicação no trecho abaixo:

Até o fim do século XVI, tanto ao lado do padre Manoel da Nóbrega, em seu tempo, como depois dele, muitos outros inicianos trabalharam na “empresa do Brasil”, a ela se dedicaram inteiramente, deram-lhe até mesmo a própria vida, como os Irmãos Pero Correa e João de Sousa, mortos pelos índios carijós em 1555. Provinciais como Luiz da Grã, Antonio Pires, Inácio Tolosa, José de Anchieta, Marçal Beliarde e Pedro Rodrigues; Visitadores como o beato Inácio de Azevedo, que também auxiliou a fundação do Rio de Janeiro, em 1567, morto por corsários, pouco depois, e como o padre Cristóvão Gouvêa, cuja viagem proporcionou a presença do padre Fernão Cardim, cronista da Narrativa Epistolar, eis alguns nomes dos jesuítas que logo se distinguiram, tanto na hierarquia dos cargos como na dos méritos positivos, no Brasil quinhentista (FERNANDES, 1980, p. 41).

Partindo do pressuposto de que a finalidade dos colégios jesuíticos era, prioritariamente, formar os futuros padres, não podemos deixar de ressaltar que, apesar de as escolas receberem esses alunos ditos internos, também

abriram seus portões a alunos externos, aos que não iriam seguir a carreira clerical (MARCILIO, 2005).

Etimologicamente, o termo pedagogia, derivado do grego, significa guiar uma criança; assim, do ponto de vista de Fernandes (1980), os jesuítas conduziram a juventude pelos caminhos da educação e instrução moral e religiosa. Para o autor, a pedagogia jesuítica é bem estruturada e objetiva levar o educando ao perfeito equilíbrio entre todas as suas faculdades.

O ensino do latim, por exemplo, era evidentemente defendido pelos pedagogos do século XVI e tornou-se imprescindível. Leite (1938a) refere que no primeiro colégio fundado pela Companhia no Brasil, o Colégio da Bahia, em 1553, o latim foi ensinado pelo Irmão Antônio Blasques. Exigia-se que os grandes exercícios escolares fossem escritos na língua latina e que esse idioma também fosse utilizado nos dias de aula. O curso de Letras na Bahia, desde seu início na metade do século XVI, não deixou de funcionar. A partir de 1564, quando da dotação oficial do colégio pelo rei, não consta que houvesse interrompido o estudo de Letras Humanas.

Nesses colégios jesuíticos presentes no Brasil as aulas tinham duração de duas horas na parte da manhã e duas no período vespertino. Conforme Leite (1938a), por volta de 1579 cogitou-se de acrescentar meia hora a cada turno, porém tal idéia não foi aprovada, pelo fato de a terra ser de muito calor.

Naquele período, no Brasil não se estudou grego, conforme informa Leite (1938a), mas em compensação havia o que os padres chamavam de “grego da terra”, que era a língua dos índios, da qual se fez-se uma gramática para ensiná-la nos colégios. Ao mencionar o ensino da Gramática cumpre lembrar que o autor da primeira da língua tupi foi o Padre José de Anchieta, conforme já destacado no primeiro capítulo deste trabalho.

Logo após o curso de Letras vinha o de Artes ou Filosofia (Ciências Naturais), que abrangia a Lógica, Física, Metafísica, Ética e Matemática. Quanto ao caso particular do Brasil, foi recomendado o mesmo que era indicado na metrópole

portuguesa, utilizado em Coimbra em 1567, ou seja, que este curso tivesse a duração de três anos, como também acontecia no Colégio Romano.

O primeiro curso de Artes no Brasil iniciou-se em 1572, tendo à frente o recém-chegado de Portugal Padre Gonçalo Leite. De início o curso não vinha recebendo muitos alunos e para dar início ao triênio era preciso esperar, muitas vezes, certo tempo até haver um número suficiente para inaugurar as aulas. Segundo Leite (1938a), geralmente havia um curso de Artes de quatro em quatro anos, com a duração de três a quatro anos.

Quanto ao curso de Teologia ministrado nos colégios jesuíticos em território brasileiro, este se encontrava dividido em Teologia Moral, que contemplava os estudos dos atos, virtudes e vícios, e Teologia Especulativa, que abrangia os estudos dos dogmas católicos.

No Brasil fazia-se uso do estudo de casos. No entendimento de Leite (1938a), a lição de casos sempre existiu por essa região, tendo-se iniciado em 1565 na Bahia, regido pelo Padre Quirício Caxa. Entre esses estudos destacavam-se, sobretudo, os pareceres sobre o casamento de índios no Brasil, o batismo dos indígenas e outros.

Como última instância, temos no Brasil a terceira faculdade, que complementava os estudos jesuíticos, o curso de Teologia. Esse curso teve início em 1572, conforme informa Leite (1938a), juntamente com o curso de Artes, e recebeu inicialmente alunos internos, tendo passado posteriormente, em 1575, a receber também alunos externos.

Enquanto não chegavam, em definitivo, as leis educacionais dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, Leite (1938a) faz o seguinte esclarecimento:

Haverá também uma lição de Teologia na qual, enquanto não chegar a ordem dos estudos, que de Roma se enviará a todas as províncias, se guardará esta, a saber: que explicarão as três partes de São Tomaz, com tal ordem que, em quatro anos, se leiam as principais matérias do especulativo: no 1º ano a matéria de *Beatitudine, Scientia Dei, Voluntate Dei*,

Praedestinatione, Trinitate, et Angelis; no 2º e 3º ano, de *Voluntário, Peccatis, Gratia, Fide, Spe, et Charitate*; no 4º ano de *Incarnatione* e as mais, que puderam, dentro dos quatro anos. As outras matérias de São Tomaz se poderão deixar para o que ler a lição de casos, na qual somente se lerá Caetano ou Navarro, de maneira que, dentro de três ou quatro anos, se leiam as principais matérias morais, de *Contractibus, Restitutione, Voto, Iuramento, Sacramentis et Censuris* (LEITE, 1938a, p. 79).

Outro importante assunto que vale abordar é a disciplina. Os jesuítas já eram inclinados a essa vocação e o fato de serem disciplinados contribuía para o bom andamento das atividades desenvolvidas no interior dos colégios jesuítas no Brasil. Como já citado em outro momento, Inácio de Loyola preocupou-se em suavizar os castigos que eram aplicados à falta de obediência, a indisciplina. Assim, tendo como palco o território brasileiro, vale salientar que se tratava de uma disciplina altamente rigorosa, conforme descreve Leite (1938a), porém as punições eram brandas e tinham a moral como a preocupação principal.

Quanto a quem seria castigado, Leite (1938a) expõe que o visitador da metrópole Jerônimo Nadal, em 1561, ordenou a forma dos castigos, direcionando os estudantes externos dessa forma: os menores podiam ser açoitados, os médios receberiam palmatória e os grandes seriam apenas repreendidos por meio de palavras em particular e, posteriormente, em público. Se após esses castigos não obedecesse às disposições dos colégios, o estudante seria expulso da instituição.

Os jesuítas mostravam-se preocupados em ensinar as letras e artes e também em educar os jovens segundo o Evangelho de Jesus Cristo, missão que de fato os trouxera às terras brasileiras. Sendo assim, se, por algum motivo, esbarrassem com alunos que, mesmo com os castigos e punições não entrassem nos rigores das normas inacianas, ou cujos pais não admitissem esses corretivos, os padres então pediam que levassem aqueles jovens para outra escola, pois a responsabilidade e compromisso de um colégio jesuítico era formar um bom súdito e que esse tirasse proveito de todos os ensinamentos (LEITE, 1938a).

A exclusão era outro meio de punir a indisciplina dos estudantes dos colégios jesuíticos que funcionavam no Brasil, e era aplicada de forma individual ou mesmo coletiva, conforme destaca Leite (1938a), de forma a punir distúrbios ou imoralidades cometidas por algum aluno. Sobre esse método de disciplinar os estudantes, é válido destacar a seguinte passagem:

Mandou-se a um menino buscar umas limas doces. O menino foi, mas escondeu algumas no quintal, José de Anchieta, que estava sentado na escola com o Padre Vicente Rodrigues, chamou então outro menino estudante, Domingos Garcia (mais tarde Padre e grande sertanista) e disse-lhe que fosse ao quintal e lhe trouxesse as limas que acharia escondidas em certo buraco, que lhe indicou. Chegadas as limas, Anchieta entregou-as ao menino que as escondera, dizendo-lhe: Toma-as, são para ti, mas não furtas! O menino arrebitou em lágrimas e não as quis comer de vergonha. A lição fora expressiva e humana (LEITE, 1938a, p. 92).

Nesse trecho, ocorrido com o Padre José de Anchieta no Colégio de São Paulo de Piratininga, podemos perceber uma nova forma de ensinar a verdadeira disciplina e obediência: um castigo de cunho moral. Nesse caso o garoto quis se aproveitar e usar esperteza, no entanto José de Anchieta o fez perceber que não era necessário isso para obter o que queria, e, com efeito, mesmo sem o castigo corporal, o padre conseguiu passar lição ao aluno.

Outra atividade presente nos calendários dos colégios jesuíticos eram as férias e o repouso semanal. Nas férias os meninos poderiam passar somente três dias em casa, conforme lembra Leite (1938a), já que o contato com as pessoas de fora do colégio era pouco recomendado pelos padres. Já o descanso semanal, assim como em Roma, seria um dia inteiro e ocorreria nas quartas ou quintas-feiras. Leite (1938^a) relata ainda que, na Bahia, as primeiras férias foram gozadas em 1556, e nestas os alunos iriam para Aldeia do Rio Vermelho, localizada próxima ao Rio Vermelho e à cidade. A respeito disso, o autor escreve:

As férias grandes na Baía andaram sempre à roda do Natal, com ligeiras variantes. As de 1556 começaram, ao que parece, em Outubro. Ordenou-se, em 1572, que fossem desde Santa

Luzia (13 de Dezembro) até a Purificação (2 de Fevereiro). Depois, fixaram-se nos meses de Dezembro e Janeiro, inaugurando-se os estudos, a 4 de Fevereiro, a seguir as festas da Purificação e da distribuição dos prêmios, dia de São Braz (2 e 3 de Fevereiro) (LEITE, 1938a, p. 95).

Até o presente momento tratamos neste capítulo, sobretudo, da organização dos colégios jesuíticos na colônia brasileira, abordando os cursos existentes, a forma de disciplinar os alunos, entre outros aspectos da pedagogia jesuítica. Neste Momento cabe trazermos à pauta a configuração em que se encontrava a parte estrutural dessas instituições, em outras palavras, como esses colégios sobreviviam financeiramente e o meio de subsistência que os mantinha erguidos e em pleno funcionamento, recepcionando cada vez mais alunos.

Para ilustrar, vale destacar uma passagem lembrada por Leite (1938a), ao abordar a dificuldade de Nóbrega na Bahia em fundar o colégio, já que cumprir essa missão designada por Simão Rodrigues – Provincial de Portugal – de fato era uma difícil tarefa, tendo-se em vista que os recursos para fazê-la eram escassos e nem sempre condiziam com os reais gastos que um colégio demandava.

Nóbrega e seus cinco companheiros recebiam, para seu sustento, dois mil e quatrocentos réis, à razão de um cruzado para cada um, por mês. O pagamento era feito umas vezes em ferro, outras em gêneros alimentícios; e as ordens, passadas pelo Provedor-mor, eram satisfeitas no almoxarifado da cidade de Salvador [...] Quanto a casa para o Colégio, com os 100 cruzados destinados a essa fundação, essa, para começar, seria de taipa (LEITE, 1938a, p. 34).

Nessa perspectiva, ressaltamos ainda que o próprio fundador da Companhia de Jesus, segundo consta nas Constituições (2004), exigia que os membros dessa Ordem fizessem o voto de pobreza. Quanto aos colégios, esses sim poderiam possuir os meios considerados indispensáveis para manter-se como entidade moral que era, entre eles a formação de religiosos e a educação gratuita aos jovens, conforme afirma Leite (1938a).

Havia outros encargos, como, por exemplo, vestir, calçar e comer e para esses era necessário ter bens. Entretanto, os jesuítas não podiam ganhar seu próprio

sustento (LEITE, 1938a); por outro lado, os padres também não podiam confiar somente na caridade do povo ou nas esmolas que, de certa forma, sempre existiram. Neste sentido, vale ressaltar um significativo exemplo de subsistência em Pernambuco:

Até 1572, vivia a casa de Pernambuco, parte de esmola dos moradores, parte com a ajuda do Colégio da Baía. O P. Antonio Pires, então Vice-Provincial, um dos dois primeiros Padres que estiveram em Pernambuco, conhecendo bem os recursos e generosidade da terra, determinou que vivesse só de esmolas. Assim o fez o P. Grã, indo com um saquinho de porta em porta. É até uma prescrição das Constituições esta de andar de porta em porta, se a necessidade o requerer [...] Em Pernambuco, onde ele fez o mesmo, a gente acorria generosamente, queixando-se, porém, de serem culpados em ele andar a pedir. Com exercício de pobreza actual, é realmente meritório este acto do P. Grã e doutros, mas já isso não era possível nas aldeias, muito menos tratando-se dum Colégio formado. Se os Padres, em vez de estarem a dar aulas, tivessem que andar nesse peditório, quem não vê a desorganização, que tal sistema traria ao andamento normal do Colégio? (LEITE, 1938a, p. 108).

O fato de os padres tomarem para si a responsabilidade de, literalmente, bater de porta em porta buscando esmolas, realmente traria um desconforto à organização dos colégios, bem como se estaria utilizando um tempo que poderia ser aplicado em estudo, orações, entre outras ocupações. Diante disso, em 1576 veio a dotação real, para extinguir a realidade de as instituições viverem apenas de esmolas. Cumpre lembrar essa renda era destinada rigorosamente apenas à manutenção do colégio, como lembra Leite (1938a), permanecendo os jesuítas com seu fiel voto de pobreza intacto.

No que se refere à definição de colégio e casa, cabe salientar que esta se encontra relacionada principalmente ao fator econômico, porém o caráter educacional não difere nos dois casos. Os colégios teriam alunos de casa e de fora e estudos secundários ou superiores, ao passo que as casas só teriam escolas elementares para os de fora, complementando dessa forma a catequese.

No relato de Anchieta (1988), no colégio de Pernambuco, por exemplo, houve duas classes de gramática e escolas de ler e escrever destinadas a alguns rapazes do local e a filhos de portugueses. Os integrantes desse colégio, fossem eles padres ou irmãos, pregavam em igrejas e andavam em missões, catequizando e batizando não somente os portugueses, mas também escravos e índios.

Nessa perspectiva, conforme expõe Fernandes (1980), os jesuítas, desde sua chegada ao Brasil, em 1549, cuidaram de subsidiar o ensino de caráter público - este *público* no sentido de estar aberto a receber todos que se interessassem e quisessem, de fato, estudar. Os jesuítas, desde sua chegada, observaram a importância de evangelizar também o gentio, por isso o ensino público foi fundamental, bem como a preocupação dos padres em estudar a língua indígena.

Entre os colégios da ordem inaciana fundados no Brasil na era colonial, vale destacar alguns, como: Colégio de S. Alexandre, Colégio da Madre de Deus, Colégio de Nossa Senhora da Luz, Colégio São Gonçalo - todos esses localizados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil; e o Colégio de Nossa Senhora do Desterro, Colégio de São Francisco Xavier, Colégio de São Miguel, Colégio de São Paulo de Piratininga, Colégio de Nossa Senhora do Terço, esses localizados no Sul e Sudeste brasileiros.

Enfim, pode-se perceber que a atividade jesuítica no Brasil foi intensa, e os diversos colégios fundados ao longo da permanência desses religiosos nessas terras podem, claramente, evidenciar essa afirmação. Diga-se de passagem, no entendimento de Fernandes (1980), de 1549 até 1759 – ano de expulsão dos padres do Brasil – a Companhia de Jesus havia expandido demasiadamente sua influência educacional, atingindo praticamente todas as regiões desse país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chamada Idade Média presenciou o nascimento de uma ordem religiosa com características únicas e renovadoras para aquele momento. Até então, ainda não se conhecia uma ordem que, de fato, tivesse ocupado um lugar de destaque na sociedade. Pois bem, a Companhia de Jesus foi minuciosamente pensada pelo seu fundador Inácio de Loiola, como pudemos comprovar por meio dos estudos dos Exercícios Espirituais, das Constituições, e do próprio *Ratio Studiorum*. Esse detalhe foi que, de fato, em nosso entendimento, contribuiu para que a ordem ganhasse grande proporção, tornando-se conhecida em grande parte do mundo.

A exploração da religiosidade e total dedicação dos membros foi sempre bem trabalhada por Loiola e suas ações não negavam suas reais intenções: o que o religioso queria, na verdade, era formar um conjunto de homens que estivessem dispostos a entregar-se a Deus, que não caíssem diante dos obstáculos e muito menos se sentissem tentados pelo mundo material. Neste sentido, deveriam estar totalmente desprendidos de tudo, tendo como único lema a missão de viver difundindo a fé católica.

Com efeito, a partir desses fatores, a Ordem cresceu muito. Tomou grande proporção primeiramente na Europa, e depois se espalhou por diversas regiões, conforme vimos nesta pesquisa. A disseminação da religião alcançava, portanto, não somente aquelas nações já formadas, como Portugal, por exemplo; pelo contrário, o catolicismo, por meio dos jesuítas, era levado aos mais distantes locais. Além disso, a própria presença dos membros da Companhia muitas vezes contribuiu para a formação de novos povoados, como aconteceu no Brasil, em algumas vilas que foram fundadas.

Não obstante, esta pesquisa nos permitiu enxergar a Companhia de Jesus muito além da religiosidade. Nesse momento pareceu-nos ter sido aberta a “caixa preta” dessa Ordem. Por trás da evangelização e catequização, a missão jesuítica acabou assumindo, por um grande período, uma hegemonia na vertente educacional em diversas regiões e os colégios fundados pela

Companhia foram a real prova de que de fato a educação ganhou representatividade, por isso mereceu ser evidenciada em diversos manuais de história da educação.

Foi por meio dos colégios, que conseguimos identificar as características da pedagogia jesuítica, já que eles eram os centros de aplicação da metodologia desenvolvida por aqueles padres. A sistematização desses métodos, que se deu praticamente no final do século XVI, reuniu todos os instrumentos que os jesuítas utilizavam na educação no interior desses colégios. O *Ratio Studiorum*, como ficou conhecido esse método pedagógico, foi publicado posteriormente à fundação do primeiro colégio jesuítico, que foi o de Messina, o qual já tinha uma organização toda sistematizada.

É importante salientar que no interior desses colégios, por detrás dos muros que os cercavam, não havia somente uma vida voltada à educação. O que pudemos perceber por meio dos estudos realizados foi que no colégio é que se passava a vida do jesuíta. Ele vivia naquele colégio não somente as horas dedicadas ao estudo, mas também todas as outras horas do dia, diferentemente da idéia de colégio que temos hoje.

Nesse sentido, conseguimos perceber que o colégio também tinha uma função administrativa, o que, de fato, pode ser visto na organização hierárquica dos membros do colégio. O Reitor, por exemplo, ocupava-se em administrar a vida dos padres, enquanto isso o Prefeito de Estudos era quem se dedicava, verdadeiramente, ao ensino que vinha sendo aplicado nas salas de aula e a verificar se o *Ratio* estava sendo seguido como mandavam os preceitos de Loiola.

Nesta conclusão, a nosso ver, é que está a real essência da história da Companhia de Jesus no século XVI. Cabe então considerarmos que os colégios jesuíticos funcionavam como o centro da vida dos jesuítas, e não obstante entendermos que a Companhia de Jesus, como ordem religiosa que era, não se eximiu de suas reais funções de evangelizar e catequizar os povos infiéis, essas atividades eram desenvolvidas em combinação com o perfil

educador que a Ordem Inaciana assumiu, aspecto que acabou sendo uma característica central da Companhia.

5. REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José. *Cartas: Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. Cartas Jesuíticas.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*. Editora Ática: São Paulo, 1986.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Livraria José Olímpio: Rio de Janeiro, 1954.

CABRAL, p. Luiz Gonzaga. *Jesuítas no Brasil: século XVI*. Editora Proprietária: São Paulo, 1925.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Edusp, 1999.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *A evangelização do Novo Mundo: o plano do Pe. Manoel da Nóbrega*. IN: *Revista de História*. São Paulo. n. 134, 1996. p. 37-47.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus: normas complementares. São Paulo: Editora Loyola. 2004.

COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)*. Tese de doutoramento. Unimep: Piracicaba, 2004.

COSTA, Célio Juvenal. *Educação Jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o Ratio Studiorum*. In: PAIVA, José Maria (Org.). *Educação, história e cultura no Brasil Colônia*. São Paulo: Arké, 2007.

COTRIM, Gilberto. *História e Consciência do Mundo*. ed. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1994.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

EXERCÍCIOS *Espirituais de Santo Inácio*. São Paulo: Editora Loyola, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. *A Comunicação na Pedagogia dos Jesuítas na Era Colonial*. Edições Loyola: São Paulo, 1980.

FERREIRA JR, Amarílio. *Educação Jesuítica no Mundo Colonial Ibérico (1549-1768)*. v. 21, n. 78, p. 9-10, dezembro, 2007.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.80, n. 196, p. 472-482, set./dez. 1999.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. *Pluralidade lingüística, escola de bê-a-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI*. Educação e Sociedade, vol. 25, n.86, p.171-195, abr. 2004.

FERREIRA, Tito Lívio. *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

LOPES, Antonio. *D. João III e Inácio de Loiola*. IN: *Revista Brotéria*. 134. 1992.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. Editora Nacional: São Paulo, 1978.

MARCILIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. Instituto Braudel: São Paulo, 2005.

MONROE, Paul. *História da Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

NAVARRO, Azpicuelta. *Cartas Avulsas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

NEVES, Fátima Maria. *Educação Jesuítica no Brasil: a coerência da forma e do conteúdo*. Dissertação de Mestrado. Unimep: Piracicaba, 1993.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. Coleção Cartas Jesuíticas.

PAIVA, José Maria. *Colonização e Catequese*. Arké: São Paulo, 2006.

PAIVA, José Maria. *Educação Jesuítica no Brasil Colonial*. Arké: São Paulo, 2000.

PINTINHA, Marcos Eduardo. *Catequese e Educação na obra do Padre José de Anchieta*. Dissertação de Mestrado. UEM: Maringá, 2004.

REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA. Litografia Nacional: Porto, 1924.

ROCHA, Marcos Fonseca da. Os jesuítas e a Colonização do Brasil. In: *Revista Interdisciplinar de Direito*, Rio de Janeiro, n.3, ano III, nov. 2000.

RODRIGUES, Francisco. *A formação intelectual do jesuíta*. Porto: Livraria Magalhães & Moniz, 1917.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo I, volume 1. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931a.

_____. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo I, volume 2. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931b.

_____. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo II, volume 1. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931a.

_____. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo II, volume 2. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931b.

SALGADO, César. O Pátio do Colégio: história de uma Igreja e uma Escola. São Paulo, 1976.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Publicações Europa-América Ltda: Portugal, 1995.

TAUNAY, Affonso de E. *Velho São Paulo: primeiras plantas*. Vol.1. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VASQUEZ, Alberto. *Dez Anos das Características da Educação Jesuítica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1998.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

http://www.ocultura.org.br/index.php/Exerc%C3%ADcios_Espirituais_de_Santo_In%C3%A1cio_de_Loyola#Os_Exerc.C3.ADcios_Espirituais (acesso: 14.03.2008)

<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u358.jhtm> (acesso: 05.08.2008)

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/private/mp.htm>